



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 817/2019
Data: 22/10/2019 - Horário: 17:03
Administrativo - RL 2/2019

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

VEREADOR LUIZ CARLOS CABRAL DOS ANJOS

DD. PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS,

Processo Administrativo Disciplinar nº: 02/2019

SIGEP 483/2019

- RELATÓRIO PRÉVIO -

- APURAÇÃO PRELIMINAR E SUMÁRIA DE ATOS DE INFRINGÊNCIA À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR COMETIDO PELO VEREADOR AFASTADO MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ.

Senhor Presidente,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DAVID PIRES DE SOUZA, Vereador Relator do Conselho de Ética da Câmara Municipal de Jataí, no uso de suas atribuições legais, através do presente instrumento, vem apresentar **RELATÓRIO PRÉVIO**, nos termos dos artigos 13, 19 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), com a apuração preliminar e sumária dos fatos relativos à denúncia de atos de infringência à ética e ao decoro parlamentar cometida pelo vereador afastado **MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ**.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

- Foi declarada constituída no dia 24 de abril de 2019 na Presidência da Câmara Municipal de Jataí, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma da Resolução 12/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, onde foram eleitos para a sua composição o vereador Pastor Luiz Carlos Cabral dos Anjos, na qualidade de presidente, o vereador Major David Pires de Souza, na qualidade de relator, o vereador Thiago Silvestre Maggioni, na qualidade de membro, e a vereadora Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis, na qualidade de suplente.

- Via Portaria 02/2019, anexado aos autos, exarada pelo vereador LUIZ CARLOS CABRAL DOS ANJOS, concita, por suas atribuições legais, determinar a instauração do Procedimento Investigatório Preliminar, ora *sub examine*, nos termos do Art. 16, § único da Resolução 012/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de apurar a responsabilidade administrativa em desfavor do Vereador Gildenício Santos, por envolvimento em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme constante nos autos da Ação de Improbidade administrativa de nº 5234771.57.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara Cível, Fazenda Pública desta comarca de Jataí.

- Art. 14. – da Resolução 012/2009 – Código de Ética e Decoro Parlamentar

Ao Conselho de Ética compete:

I - ...

II - zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores;

III - processar os representados nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução;

Art. 16 – Qualquer parlamentar pode apresentar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código de Ética.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Parágrafo Único – “O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.”

- Nos autos do processo administrativo disciplinar, foi juntado o Mem 18/2019, de 08 mai 2019, onde a Presidente da Câmara Municipal, Kátia Carvalho, anexou cópia de Decisão/mandado de intimação em ação cautelar antecedente de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em face do vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, ora Representado.

- Junto ao Mem 18/2019 oriundo da Presidência da Câmara Municipal de Jataí/GO, foi anexada cópia integral da petição de tutela cautelar antecedente em ação de improbidade administrativa, com pedido de liminar na Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, promovida em desfavor do vereador representado.

- Foi requisitada, por este Relator, Cópia integral dos autos do Processo alusivo, conforme Of 003/2019 CE-CMJ, anexo, sendo concedido, ao que se faz acostar no presente Relatório Preliminar, anexo.

- A sustentação dos fatos resulta-se em que o MPGO em sua petição inicial, em síntese afirma que o representado reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo em virtude de ter solicitado e recebido dos servidores lotados em seu gabinete parte da remuneração deles.

Notadamente, não foi obedecida a exortação do Art. 16, caput, por falta de representação formal, o que foi substituída pelo Memorando da Presidência, encaminhando cópia do processo judicial, o que foi entendido, como formalizado, pela Presidência do Conselho Ético para a abertura do procedimento.

I – DOS FATOS E DAS PROVAS EMPRESTADAS.

Consta que o Ministério Público desta comarca, já em 2014, recebeu informações de que um áudio estava sendo divulgado na cidade. Na gravação, Eurípedes Ferreira Marques, ex servidor da Câmara de Jataí, informava que era servidor fantasma do gabinete do vereador Mauro Antônio Bento Filho e que sua contratação foi realizada para compensá-lo pelo período em que, tendo efetivamente trabalhado na Câmara, entregou parte de sua remuneração para o vereador.

Foi instaurado então o inquérito civil público n. 25/2014, com a finalidade de apurar essas informações. Eurípedes Ferreira Marques foi notificado para prestar declarações no Ministério Público e negou as informações contidas no áudio, dizendo que só fez as afirmações contidas na gravação porque estava com raiva de Mauro Bento, por ele tê-lo exonerado da Câmara mesmo depois dos árduos serviços prestados em sua campanha.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Mesmo diante da negativa do Sr. Eurípedes, as investigações prosseguiram com a oitiva de vários servidores do gabinete do vereador Mauro Antônio Bento Filho.

Nessas oitivas, vários ex-servidores, além de confirmarem a condição de "servidor fantasma" do Sr. Eurípedes durante determinado período, revelaram que receberam solicitações do vereador para entregarem boa parte de suas remunerações, solicitações que atenderam para não serem exonerados.

Como alguns desses servidores informaram terem conhecimento de que a prática de solicitar parte da remuneração também atingia servidores subordinados a outros vereadores, a investigação prosseguiu em relação a outros gabinetes, tendo sido instaurado o Procedimento Preparatório 001/2019.

A partir de então, foram notificados para serem ouvidos naquela Promotoria de Justiça vários servidores e ex-servidores dos gabinetes dos vereadores da atual legislatura.

Foi então que uma ex-servidora e um servidor do gabinete de Marcos Antônio Ferreira da Luz revelaram que, durante longo período, fizeram repasses de seus salários mensalmente ao vereador

(vide declarações dos servidores, transcritos em arquivo anexo e gravados em CD entregue ao Juízo).

- A ex-servidora Ana LÍVIA BORGES DE FREITAS, que na primeira vez em que prestou declarações no Ministério Público negou que o vereador MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ tivesse solicitado alguma parcela de sua remuneração, na segunda oportunidade em que compareceu nesta Promotoria acabou revelando que, durante os dois anos e seis meses em que trabalhou na Câmara, fez mensalmente o repasse de metade de sua remuneração ao vereador, durante alguns meses por intermédio da esposa dele e durante a maior parte do período ao próprio vereador.

Da mesma forma que outros vereadores, Marcos Antônio afirmava que o dinheiro seria usado para "despesas de gabinete", como doações a pessoas que procuravam a Câmara. Ana Livia também informou que soube que outros servidores também faziam repasses, inclusive servidores que ainda trabalham na Câmara.

Ana Livia Borges de Freitas acrescentou que, mesmo após muitos anos sem qualquer contato, ao descobrir que ela havia sido notificada para prestar declarações, Marcos Antônio foi até sua casa e tentou obter informações sobre o que ela havia declarado na Promotoria e disse que, caso ele fosse prejudicado, todos os que trabalharam com ele também seriam. Além disso, o vereador procurou o pai da declarante, também para questionar a respeito do que ela declarou ou poderia declarar perante a Promotoria.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Como se vê, houve a clara intenção de intimidar a testemunha, tanto que ela declarou ter se sentido pressionada por esse comportamento do vereador.

Corroborando a existência do esquema de devoluções no gabinete do vereador **Marcos Antônio**, o servidor Reginaldo Aparecido de Oliveira, atualmente assessor legislativo do gabinete do vereador, declarou que durante **cinco anos fez repasses mensais a Marcos Antônio**, no valor correspondente à gratificação. Dessa forma, ficava com aproximadamente de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) e repassava o restante.

Ou seja, fazia um repasse de aproximadamente R\$ 1.000,00 (hum mil reais) diretamente ao vereador, sempre em dinheiro. Assim como outros servidores, Reginaldo informou que o vereador justificava os repasses como sendo uma "ajuda" do servidor para "despesas de gabinete". Acrescentou que, a partir de 2016, quando se casou, recusou-se a continuar fazendo os repasses.

As declarações de Reginaldo quanto aos repasses foram corroboradas por sua esposa, Tatiane Gomes Costa, que informou ter conhecimento de que Reginaldo fazia os repasses, embora não saiba precisar o valor. Tatiane demonstrou bastante receio em relação ao vereador.

Quanto aos valores auferidos pelo vereador com os repasses desses dois servidores, é possível com cálculos simples ter uma estimativa.

Ana Livia foi nomeada em 05 de maio de 2014 e exonerada em 1º de setembro de 2016, ou seja, permaneceu por quase dois anos trabalhando na Câmara, período durante o qual entregou metade de sua remuneração todos os meses. Considerando as informações repassadas pelo departamento de recursos humanos quanto à remuneração de Ana Livia, é possível o cálculo abaixo apresentado:

Quanto ao servidor Reginaldo, que informou ter repassado o valor fixo de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensalmente durante cinco anos, observa-se que os repasses alcançam o valor estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Importante observar que os esses valores não foram efetuados com atualização monetária e, mesmo assim, atingem a cifra de R\$ 100.321,02 (cem mil trezentos e vinte e um reais e dois centavos).

Espera-se, ainda, obter-se mais provas a respeito do caso, razão pela qual foi instaurado, pelo MPGO, em apartado ao Procedimento Preparatório 001/2019, o Inquérito Civil n. 08/2019, com a finalidade exclusiva de apurar solicitação de repasses no gabinete do vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz. Há motivos para acreditar que as solicitações de repasses foram feitas a outros servidores além de Reginaldo e Ana Livia, entretanto, ao serem ouvidos nesta Promotoria vários deles negaram tal prática, ao que tudo indica com medo das consequências.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Como se vê, restam providências para apurar completamente os fatos e melhor embasar a ação que será proposta para responsabilizar o requerido por seus atos de improbidade. O MPMO temeu que sua permanência no cargo poderia ocasionar prejuízo para a essa elucidação, pois observa-se que muitas pessoas que comparecem a Promotoria temem dizer a verdade quando ela pode gerar consequências para uma pessoa ocupante de um cargo importante como o de Vereador.

Por outro lado, o bloqueio de bem também foi indispensável para garantir a perda dos valores ilicitamente obtidos.

II – DO DIREITO

I – CABIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DO AGENTE PÚBLICO

Segundo a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. Administrativa. Sobre o assunto, é relevante trazer à baila os ensinamentos de Fábio Medina Osório: "Se existem indícios de que o administrador público, ficando em seu cargo poderá perturbar, de algum modo, a coleta de provas do processo, o afastamento liminar se impõe imediatamente, inexistindo poder discricionário da autoridade judiciária. Não se mostra imprescindível que o agente público tenha, concretamente, ameaçado testemunhas ou alterado documentos, mas basta que, pela quantidade de fatos, pela complexidade da demanda, pela notória necessidade de dilação probante, se faça necessário, em tese, o afastamento compulsório e liminar do agente público do exercício de seu cargo, sem prejuízo de seus vencimentos, enquanto persistir a importância da coleta de elementos informativos ao processo"¹. Destarte, o afastamento in limine do agente público depende da existência de indícios de que sua permanência poderá comprometer a instrução processual.

No presente caso, há fortes indícios de que o representado Marcos Antônio Ferreira da Luz, auferiu vantagem patrimonial indevida por meio de seu cargo, praticando, inclusive, conduta que se amolda ao tipo penal de corrupção passiva.

De igual forma, é possível vislumbrar fundamento jurídico para o afastamento do detentor de mandato eletivo também para a preservação da probidade e da moralidade na Administração Pública, fundamentos do próprio Estado Democrático de Direito.

Se por um lado é certo que o art. 20 da Lei 8.429/92 prevê a hipótese de afastamento em caso de demonstração de prejuízo à instrução processual, por outro lado necessário não perder de vista que a previsão legal, por óbvio, não pode restringir a aplicação de princípios constitucionais basilares que fundamentam a necessidade de afastamento do agente público.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Marino Pazzaglini Filho, Márcio Fernando Elias Rosa e Waldo Fazzio Júnior, concordam que o afastamento cautelar tem razão de ser quando se mostrar "indispensável para garantir a efetividade dos princípios constitucionais da Administração Pública, por certo mais privilegiados que o direito individual que restringe".

No presente caso, o "fumus boni juris" revelou-se pelas disposições constitucionais que asseguram a probidade e a ética da Administração Pública, impedindo a violação aos seus princípios e a lesão ao erário.

Como consta desta peça e dos documentos que a instruem, o requerido vem utilizando seu cargo para obter enriquecimento ilícito mediante solicitações de repasses dos servidores de seu gabinete.

De seu turno, o "periculum in mora" consiste na probabilidade e até mesmo na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) prevê o afastamento do agente público como medida cautelar. Vejamos:

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Por outro lado, o Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente à ação de improbidade, em seus artigos 305 e seguintes, também prevê a possibilidade de aplicar a tutela cautelar para assegurar o resultado útil do processo.

Portanto, foi possível requerer ao juízo, pelo MPGO, o afastamento cautelar do agente público, quando o exercício do cargo causar risco à instrução do processo de improbidade administrativa.

Sobre o assunto, é relevante trazer à baila os ensinamentos de Fábio Medina Osório: "Se existem indícios de que o administrador público, ficando em seu cargo poderá perturbar, de algum modo, a coleta de provas do processo, o afastamento liminar se impõe imediatamente, inexistindo poder discricionário da autoridade judiciária. Não se mostra imprescindível que o agente público tenha, concretamente, ameaçado testemunhas ou alterado documentos, mas basta que, pela quantidade de fatos, pela complexidade da demanda, pela notória necessidade de dilação probante, se faça necessário, em tese, o afastamento compulsório e liminar do agente público do exercício de seu cargo, sem prejuízo de seus vencimentos, enquanto persistir a importância da coleta de elementos informativos ao processo".

Destarte, o afastamento in limine do agente público depende da existência de indícios de que sua permanência poderá comprometer a instrução processual.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

No presente caso, há fortes indícios de que o requerido Marcos Antônio Ferreira da Luz auferiu vantagem patrimonial indevida por meio de seu cargo, praticando, inclusive, conduta que se amolda ao tipo penal de corrupção passiva.

Noutro giro, é possível vislumbrar fundamento jurídico para o afastamento do detentor de mandato eletivo também para a preservação da probidade e da moralidade na Administração Pública, fundamentos do próprio Estado Democrático de Direito.

Se por um lado é certo que o art. 20 da Lei 8.429/92 prevê a hipótese de afastamento em caso de demonstração de prejuízo à instrução processual, por outro lado necessário não perder de vista que a previsão legal, por óbvio, não pode restringir a aplicação de princípios constitucionais basilares que fundamentam a necessidade de afastamento do agente público.

Marino Pazzaglini Filho, Márcio Fernando Elias Rosa e Waldo Fazzio Júnior, concordam que o afastamento cautelar tem razão de ser quando se mostrar "indispensável para garantir a efetividade dos princípios constitucionais da Administração Pública, por certo mais privilegiados que o direito individual que restringe".

No caso sub examine, o *fumus boni juris* revela-se pelas disposições constitucionais que asseguram a probidade e a ética da Administração Pública, impedindo a violação aos seus princípios e a lesão ao erário.

O representado vinha reiteradamente, utilizando seu cargo para obter enriquecimento ilícito mediante solicitações de repasses dos servidores de seu gabinete.

De seu turno, o "periculum in mora" consiste na probabilidade e até mesmo na verificação de atos tendentes a intimidar testemunhas. Observa-se que o vereador, ao saber das apurações, procurou a ex-servidora Ana Livia com uma atitude claramente intimidativa, o que demonstrou, ainda mais, a necessidade de adotar providências para evitar que ele atrapalhe as investigações.

Isto posto, o MPGO requereu a determinação do afastamento cautelar do representado Marcos Antônio Ferreira da Luz do cargo que ocupa, nos termos do art. 20 da Lei n. 8.429/92, fixando-se multa diária de R\$ 1.000,00 para o caso de descumprimento da medida judicial, aplicando-se ainda, como medida cautelar, a proibição de frequentar as dependências da Câmara Municipal ou manter contato, por quaisquer meios de comunicação, com servidores, assessores e ex assessores do órgão legislativo dessa localidade.

Observa-se que a medida foi essencial, pois como já exposto, é imprescindível para assegurar que os servidores envolvidos não se sintam pressionados a alterar suas versões, bem como para evitar a continuidade dos atos de improbidade.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

II – DO BLOQUEIO DOS BENS ROGADOS PELO MPGO

Civilmente devem ser restituídos os valores do enriquecimento ilícito obtido pelo requerido, conforme determina o § 4º do artigo 37 da Constituição Federal e artigos 4º e 5º da Lei n.º 8.429.

No intuito de assegurar tanto a perda do enriquecimento ilícito como a indenização pelos danos morais, o pagamento das multas e das custas processuais, o ordenamento jurídico traz a possibilidade do bloqueio dos bens do réu da ação civil pública por ato de improbidade.

De fato, em defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa, o legislador constituinte previu sanções àqueles que cometam atos de improbidade administrativa e, já no texto constitucional (art. 37, § 4º), ao lado das sanções cabíveis, previu a indisponibilidade de bens que, ao contrário dos institutos que a acompanham na lista, não se trata de sanção, mas, sim, de medida judicial de natureza cautelar.

A indisponibilidade de bens, prevista no comando constitucional acima referido (art. 37, § 4º), encontra amparo também na legislação infraconstitucional, seja por meio do estatuído nos artigos 7, 12 e 16 da Lei n.º 8.429/92, seja em função do poder geral de cautela do magistrado, esmiuçado no Código de Processo Civil.

Nesse sentido, é a lição de Carlos Velloso, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal:

[...] assegurando o resultado útil do processo, estará a medida, na verdade, garantindo a efetividade de outros princípios constitucionais de idêntica relevância, a saber: o primado da "universalidade da jurisdição" que tem na função cautelar, mais que uma tutela das partes, um mecanismo de garantia de si mesma da jurisdição, isto é, da plenitude do exercício da função típica do Poder Judiciário, e, ainda, o princípio da função preventiva da jurisdição, insculpido no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, onde se lê que "à lei não excluirá do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. (BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). A indisponibilidade de Bens na Lei 8.429, de 1992. In: Improbidade Administrativa: questões polêmicas e atuais. Editor Malheiros. São Paulo: 2003, p.121 - MOTTA, Reuder Cavalcante. A Indisponibilidade de Bens na Improbidade Administrativa. In: R. Jur. UNIJUS, Uberaba-MG, V.11, n. 15, p.39-66, novembro, 2008)



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Assim, o efeito útil da medida acautelatória de indisponibilidade é permitir que o autor, ao final da demanda, alcance tudo aquilo que pediu, em toda sua extensão que, no caso da ação de improbidade administrativa, é o ressarcimento pleno de integral do patrimônio público, sob o seu aspecto material e imaterial, aquele, ressarcido através de reparação do dano material, este, através do pagamento das multas civis e demais sanções de caráter personalíssimo. (MOTTA, Reuder Cavalcante. A Indisponibilidade de Bens na Improbidade Administrativa. In: R. Jur. UNIJUS, Uberaba-MG, V.11, n. 15, p.39-66, novembro, 2008). No presente caso, a indisponibilidade serve garante a perda dos valores acrescidos indevidamente ao patrimônio, a fim de que o agente não continue a usufruir dos benefícios de sua conduta ilícita.

Por fim, em se tratando de medida de natureza cautelar, afigurou-se a presença dos requisitos autorizadores, quais sejam "periculum in mora" e "fumus boni juris". In casu, evidenciaram-se presentes os pressupostos autorizadores para que fossem procedidos o bloqueio de bens.

O "fumus boni juris", na tutela de urgência em estudo, se resume apenas na probabilidade dos fatos imputados ao réu serem verossímeis.

Há fortes elementos a confirmarem a ocorrência do enriquecimento ilícito. Além de três declarantes narrando de maneira harmônica como ocorriam os repasses, a Promotoria recebeu várias informações anônimas com detalhes a respeito do sistema da forma de recolhimento, harmônicas com as declarações colhidas.

Acerca do "periculum in mora", mister asseverar que a constrição de bens do requerido é medida que se impõe inaudita altera pars, sob pena de se mostrar ineficaz e frustrar o futuro sucesso da presente demanda. Caso não seja deferida, o requerido poderá facilmente dilapidar ou ocultar seu patrimônio com o propósito de impedir ou, pelo menos, dificultar sobremaneira o cumprimento das sanções de cunho pecuniário, bem como o total adimplemento da futura dívida (multa e custas processuais) com o Estado.

Vale registrar, no ponto, que o periculum in mora é insito aos tipos da Lei da Improbidade Administrativa. Aliás, a mais abalizada doutrina especializada sobre o tema entende que o periculum in mora está implícito no art. 37, § 4º, da Constituição da República e no art. 7º da Lei n.º 8.429/92.

No mesmo sentido tem-se posicionado da jurisprudência, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. REVISÃO. FATOS. NÃO-CABIMENTO. SÚMULA 07/STJ. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se alinhado no sentido da desnecessidade de prova de periculum in mora



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

concreto, ou seja, de que o réu estaria dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de fumus boni iuris, consistente em fundados indícios da prática de atos de improbidade. Precedentes: REsp 1.203.133/MT, Rel. Ministro Castro Meira, REsp 967.841/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 08.10.2010, REsp 1.135.548/PR, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 22.06.2010; REsp 1.115.452/MA, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 20.04.2010. 2. O Tribunal de origem, porém, em nenhum momento manifestou-se sobre a plausibilidade da responsabilidade imputada ao recorrido. 3. É vedada a imersão no conjunto fático-probatório da demanda, nos termos da Súmula 07/STJ, para a apreciação das provas documentais apontadas pelo recorrente, a fim de aferir se o recorrido incorreu ou não em dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Precedentes. 4. Recurso especial não conhecido. (STJ, Resp1190846/PI, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 10/02/2011)

Assim, com apoio na melhor doutrina e na jurisprudência pátria mais escorreita e atual, a determinação de bloqueio de bens do réu seimpôs, vez que constatada a presença do fumus boni iuris pelos fatos narrados nesta peça e considerando que o periculum in mora sobressai dos próprios dispositivos legais pertinentes, quais sejam, o art. 37, § 4º, da Constituição Federal e o art. 7º da Lei 8.429/92.

Ressalte-se ainda que o valor bloqueado abrange, além do valor do proveito econômico (enriquecimento ilícito), também a multa civil, tendo em vista que a finalidade da indisponibilidade é assegurar o total adimplemento dos valores devidos, conforme precedentes abaixo transcritos:

ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MULTA CIVIL. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. RECOMPOSIÇÃO COMPLETA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. (...) IV - Consoante orientações deste Superior Tribunal de Justiça, a indisponibilidade de bens destina-se a assegurar a completa recomposição do patrimônio público, tendo por base a estimação dos prejuízos apresentada na inicial da ação de improbidade administrativa, computados, ainda, os valores possivelmente a serem fixados a título de multa civil. Nesse sentido: AgInt no REsp 1567584/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 23/02/2017) (grifos não constantes no original); REsp 1310881/TO, Rel. Ministra ELIANA CALMON,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 28/08/2013)
(grifos não constantes no original) V - Agravo interno improvido.
(STJ - AgInt no REsp: 1602228 DF 2016/0138675-4, Relator:
Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento:
07/08/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe
14/08/2018) – sem grifos no original.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE. INDISPONIBILIDADE DE BENS LIMITADA AO PREJUÍZO AO ERÁRIO. PRETENSÃO DE EXTENSÃO PARA COBRIR O VALOR DA MULTA CIVIL. CABIMENTO. - A indisponibilidade de bens deve abarcar, além do valor do dano causado ao erário ou a quantia relativa ao proveito econômico (enriquecimento ilícito), também a multa civil, tendo em vista que a finalidade da indisponibilidade é assegurar o total e pleno ressarcimento do dano causado ao erário - Precedentes do STJ e desta Corte. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70079963328, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 26/02/2019). (TJ-RS - AI: 70079963328 RS, Relator: Marilene Bonzanini- Data de Julgamento: 26/02/2019, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/03/2019) – sem grifos no original.

Assim, é conveniente que a indisponibilidade levada a efeito da seguinte maneira:

- bloqueio até o valor limite de R\$ 300.963,06 (trezentos mil novecentos e sessenta e três reais e seis centavos), quantia correspondente ao enriquecimento ilícito e ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do acréscimo patrimonial, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92, em contas bancárias e/ou aplicações financeiras do requerido MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ, constrição a ser realizada por meio do sistema BacenJud, eis que possível o uso da penhora online de forma cautelar, o que inegavelmente gera efetividade ao processo, evitando-se a dilapidação do patrimônio dos réus e garantindo-se o ressarcimento ao erário;
- se o bloqueio de valores acima referido não alcançar as cifras constantes dos itens anteriores, este órgão requer seja decretada a indisponibilidade de bens imóveis e veículos do requerido, com expedição de ofícios ao cartório de registro de imóveis de Jataí/GO para averbação na matrícula dos imóveis cuja propriedade lhe pertençam, bem como de eventuais direitos reais adquiridos, bem como o bloqueio de veículos registrados em nome dos réus por meio do sistema RENAJUD.

Frise-se que o art. 835, I, do CPC/2015 dispõe que a penhora recairá preferencialmente sobre o dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, sendo desnecessário buscar outros bens antes de se efetuar o bloqueio via BacenJud.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

No ponto, imperioso frisar que a indisponibilidade de bens não se afigura como antecipação de aplicação de sanções ao requerido, mas tão-somente meio de assegurar o resultado útil do processo, instaurado em defesa do patrimônio público.

III – DOS PEDIDOS

Diante de tudo que foi exposto, o Ministério Público, requereu em caráter liminar e

imediato:

1) o afastamento do réu MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ do cargo de vereador do Município de Jataí – GO, fixando-se multa diária de R\$ 1.000,00 para o caso de descumprimento da medida judicial, aplicando-se ainda, como medida cautelar, a proibição de frequentar as dependências da Câmara Municipal ou manter contato, por quaisquer meios de comunicação, com servidores, assessores e ex assessores do órgão legislativo desta localidade;

2) a decretação de indisponibilidade dos bens de MARCOS ANTÔNIO FERREIRA LUZ, para garantir a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial, até o limite de R\$ 300.963,06 (trezentos mil novecentos e sessenta e três reais e seis centavos), com a efetivação da constrição por meio do sistema BacenJud. Se o bloqueio de valores acima referido não alcançar a cifra informada, este órgão requer seja decretada a indisponibilidade de bens imóveis e veículos do requerido, com expedição de ofícios ao cartório de registro de imóveis de Jataí/GO para averbação na matrícula dos imóveis cuja propriedade lhes pertençam, bem como o bloqueio de veículos registrados em nome do réu por meio do sistema RENAJUD.

Dando-se à causa o valor de R\$ 300.963,06 (trezentos mil novecentos e sessenta e três reais e seis centavos), para os fins legais.

Jataí, 02 de maio de 2019.

MPGO.

Assim, baixou-se

PORTARIA N.º 031/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, em exercício na Curadoria do Patrimônio Público, com fundamento nos artigos 127. caput e artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 26 inciso I da Lei n.º 8.625/93; e artigos 13 e 17 da Resolução n.º 009/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás;



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

CONSIDERANDO que, por meio do inquérito civil n. 25/2014, restou apurada a existência de um esquema de solicitação de repasse de parte da remuneração dos servidores comissionados do gabinete do vereador Mauro Antônio Bento Filho, prática conhecida popularmente como "esquema de Rachid", Resultando, inclusive, na instauração de ação por ato de improbidade;

CONSIDERANDO que no mencionado inquérito foram colhidas informações de que a prática ocorreu e ocorre em outros gabinetes da Câmara Municipal de Jataí, ocasionando a instauração do Procedimento Preparatório n. 01/2019, para investigar a ocorrência dessas solicitações em todos os gabinetes da Câmara;

CONSIDERANDO que foram ouvidos no bojo do referido Procedimento Preparatório servidores de todos os gabinetes;

CONSIDERANDO que uma ex-servidora e um servidor do gabinete do vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz informaram que realizaram repasses de parte da remuneração ao vereador;

CONSIDERANDO que a mencionada prática constitui grave ato de improbidade, por meio do qual o vereador solicitante enriquece por meio do uso ilícito dos poderes ilícitos seu cargo; Cidadão e

CONSIDERANDO que há também grave violação aos princípios de moralidade administrativa, da honestidade e da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 009/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás estabelece que "Verificado, no curso do inquérito civil, que a complexidade dos fatos ou a amplitude do objeto possa comprometer a eficiência da apuração, o presidente determinará o desmembramento da investigação, expedindo as portarias correspondentes";

CONSIDERANDO que, em matéria administrativa, se houver a verificação de que o comportamento da Administração ou do Administrador que com ela se relaciona juridicamente ofende a legalidade, a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia comum de honestidade, cause lesão ao erário ou enriquecimento ilícito, cabe ao Ministério Público adotar providências para a defesa do Patrimônio Público e da moralidade administrativa, conforme os preceitos constitucionais e ordinários retrocitados;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

RESOLVE:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fim de apurar "esquema de Rachid" no gabinete do vereador Marcos Antônio Ferreira da Luz;

1) Seja a presente PORTARIA e os documentos que a acompanham autuados, observando-se o SIGILO, tendo em vista que os fatos apurados têm causado grande repercussão nesta cidade e a restrição de publicidade, além de garantir o bom êxito das investigações, tende a causar menos transtornos às testemunhas envolvidas;

2) Seja o presente inquérito registrado no sistema Atena e em livro próprio;

3) Seja nomeada a Sra. Elen Cristina França Souza como Secretária do feito, mediante termo de compromisso e também nomeados os Srs. Nilson Rodrigues e Valei Faustino como Oficiais de diligências no presente inquérito;

4) Deixo de determinar a fixação de cópia no mural de costume, tendo em vista o sigilo da investigação, nos termos do artigo 28 da Resolução n. 009/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça.

Promotor de Justiça

**TRANSCRIÇÃO DOS ÁUDIOS DAS DECLARAÇÕES PRESTADAS NA 4ª
PROMOTORIA DE JUSTIÇA PELOS ASSESSORES LEGISLATIVOS DO
GABINETE DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ**

DECLARAÇÕES DE ANA LÍVIA BORGES DE FREITAS, PRESTADAS EM 12 DE ABRIL DE 2019.

Promotor: Aos doze dias do mês de abril de 2019, quatorze horas e dez minutos, no Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jataí, passo a inquirição da depoente Ana Livia Borges de Freitas. Ana Livia, boa tarde. Ana Livia: Boa tarde. Promotor: Ana Livia, você será ouvida no bojo do procedimento preparatório 01/2019, na condição de testemunha. Nessa qualidade você não pode mentir nem omitir fatos para mim, sob pena da prática do crime de falso testemunho. Você compreende isso? Ana Livia: Sim. Promotor: Ana Livia, você já prestou depoimento anteriormente no bojo desse procedimento, e eu a chamei novamente, porque surgiram aqui novos elementos probatórios que poderiam implicar numa alteração das suas declarações anteriores. Eu lhe pergunto, Ana Livia, você mantém o teor do depoimento anterior que você prestou ou você gostaria de retificá-lo? Ana Livia: Eu gostaria de retificar. Promotor: Então, conte bem. Você trabalhou no Gabinete do vereador Marcos Antônio por quanto tempo, você se lembra? Ana Livia: Hm. Dois anos e seis meses mais ou menos. Promotor: Dois anos e seis meses. Ana Livia: Isso. Promotor: Você se lembra do período? Ana Livia: Foi de maio de 2014 a agosto ou setembro de 2016, se eu não me engano. Promotor: Ok. A senhora era assistente legislativa nesse período? Ana Livia: Sim. Promotor: Você se lembra qual era a sua remuneração? Você se lembra quanto você ganhava no bruto, total? Ana Livia: Cerca de três mil. Promotor: Três mil. Ana Livia: Isso. Promotor: Ok. Ana Livia, nós



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

temos aqui informações que outros assessores tinham que devolver parte da sua remuneração ao vereador, eu pergunto, você também foi submetida a essa... a essa prática? Ana Livia: Sim. Promotor: Quanto que você devolvia por mês? Ana Livia: Eu fazia o repasse de exatamente da metade do valor que eu recebia. Promotor: Ok. Então se você recebia três mil líquidos, você ficava com mil e quinhentos e devolvia... Ana Livia: No decorrer do tempo que eu fiquei lá, eu, quando eu entrei eu ganhava cerca de três mil e nos últimos meses eu tava ganhando próximo a quatro mil. Eu passava exatamente a metade. Promotor: Cinquenta por cento. Ana Livia: Isso. Promotor: E quem lhe falou, quem que lhe deu a orientação que você teria que devolver metade da sua remuneração? Ana Livia: O vereador Marcos Antônio. Promotor: O próprio vereador? Ana Livia: Sim. Promotor: Ele que lhe chamou pra trabalhar, lhe contratou, como foi isso? Ana Livia: É... quando eu comecei a trabalhar com ele, eu mantinha um relacionamento com o filho dele, já tinha mais ou menos quatro anos, então, o convite pra trabalhar com ele foi feito lá dentro da casa dele, por ele e pela esposa dele. E nesse mesmo dia, é... a princípio a conversa era que eu entraria lá pra, é... trabalhar e que o salário seria pra beneficiar tanto eu quanto o meu... o meu namorado na época, que era o filho dele. Promotor: Entendo. Ana Livia: Então, assim, no caso, era pra nós dois o salário, não era pra ele. Promotor: Certo. Ana Livia: Depois, é... acho que mais ou menos uns três meses depois que eu comecei a trabalhar com ele na Câmara, esse relacionamento chegou ao fim, ai sim que ele veio conversar comigo, para que eu fizesse o repasse para a esposa dele. Depois, quando eu comecei, que ele percebeu que eu já tava... que eu não tava gostando da situação, ai ele mesmo começou a ... Promotor: A receber? Ana Livia: ...a receber. Promotor: E ele falava... então foram os três primeiros meses que você repassou para, você ficou... Ana Livia: É. Promotor: ...na oportunidade, pra você e para o seu namorado né, que é o filho dele... Ana Livia: Isso, isso. Promotor: Ai com cerca de três meses depois você rompeu o relacionamento... Ana Livia: Isso. Promotor: ...vocês romperam, e a partir de então você passou, começou a repassar pra esposa do vereador Marcos Antônio? Ana Livia: Sim. Promotor: Correto? E por quanto tempo você fez esse repasse a ela? Você se recorda, consegue estimar? Ana Livia: Foi... foram poucos meses, depois eu já passei a tratar diretamente com ele. Promotor: E esses repasses, tanto pra esposa do vereador Marcos Antônio, quanto para ele, eram feitos sempre em espécie, em dinheiro, ou você fazia alguma transferência bancária? Ana Livia: Sempre em espécie. Promotor: Sempre em dinheiro vivo? Ana Livia: A pedido dele. Promotor: Ok. Essa entrega era feita nas dependências da própria Câmara pra ele? Ana Livia: As vezes sim, as vezes eu tinha que ir até a casa dele, as vezes ele ia até a minha. Dependia.

Promotor: Certo. E quando você começou a repassar, no primeiro momento então, ele teria alegado que esse valor destinaria a ser repartido entre você o filho dele. Ana Livia: Sim. Promotor: Quando você rompeu o relacionamento ele apresentou alguma justificativa por que que você teria que continuar devolvendo? Ana Livia: Na verdade ele falava assim, é... a desculpa dele era de que o dinheiro que a gente recebia, que ele, que era repassado a ele, ele usava no próprio Gabinete. Como se



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

ele, se fizesse parte da... das doações que ele fazia pro pessoal que pedia, patrocínio, essas coisas. Promotor: Uhum. Ana Livia: Ele falava que era em benefício do próprio Gabinete. Promotor: Que esse valor seria então utilizado pra fazer as doações, custear o funcionamento do Gabinete. Ana Livia: Isso. Uhum. Promotor: Então só pra que eu entenda, você entregava esse valor pro vereador, ele deixava esse valor em caixa... Ana Livia: Não. Promotor: ... no Gabinete, pra vocês distribuírem... Não? Ana Livia: Não. De forma alguma. Promotor: Ok. Então ele que administrava esse valor? Ana Livia: Sim. Promotor: Alguma vez ele fez uma prestação de contas pra vocês, pra mostrar onde que ele aplicava esse valor? Ana Livia: Não. Promotor: Não. Ok. Então tudo isso era administrado por ele. Até a sua saída, até agosto de 2016, você continuou fazendo esse repasse? Ana Livia: Sim. Promotor: Sempre no montante de 50%? Ana Livia: Sim. Promotor: Ok. Você esteve aqui anteriormente Ana Livia, e num primeiro momento você negou essa prática. Por que você mudou o seu depoimento? Você tinha algum temor no primeiro momento? Ana Livia: Acaba que a gente fica um pouco inibido de falar, porque, é, convivi muitos anos, assim como todos os outros funcionários que são da casa dele também, então a gente acaba tendo uma relação de amizade, e a gente fica se sentindo um pouco incomodado de falar. Promotor: Uhum. Ana Livia: Mas, pelos motivos dele ter vindo me procurar, depois de muitos anos sem manter contato, aí eu achei que seria justo falar. Promotor: Você disse no depoimento anterior, que desde que você deixou a Câmara, vocês não mantinham mais contato. Ana Livia: Não. Promotor: Depois que você esteve no Ministério Público prestando declarações, o vereador Marcos Antônio a procurou? Ana Livia: Sim. Promotor: Onde? Ana Livia: Na minha casa.

Promotor: E ele foi a sua casa com...por qual motivo? Ana Livia: Ele foi... é... com a desculpa de que ele estaria visitando a minha mãe, que não estava em casa, estava fora da cidade. Promotor: Certo. E ele te perguntou o que você tinha dito ao Ministério Público? Ana Livia: Sim. Promotor: Ele entrou nesse assunto? Ana Livia: Sim. Promotor: Você confirmou, alegou, algo a ele? Ana Livia: Ele me questionou se eu havia sido convocada como testemunha, se... é, o que tinham me perguntado e o que eu tinha falado. Promotor: Uhum. Ele te fez algum tipo de ameaça, ele falou alguma coisa pra você? Ana Livia: Não, ele... ameaça não, ele só comentou que caso ele fosse prejudicado todos que estavam junto com ele seriam também. Promotor: Uhum. Ele fazendo menção então aos demais assessores ou você sentiu que isso também a afetaria de alguma forma? Ana Livia: Sim. Promotor: Sentiu. Ok. Após essa ida a sua casa... você sabe quando que ele foi? Foi logo após você prestar depoimento aqui? Ana Livia: Eu acho que foi cerca de uma semana depois. Promotor: Uma semana. Vamos pegar aqui a data do seu depoimento... Ana Livia: Isso. Promotor: ... anterior, Ana Livia. Ana Livia: Uhum. [Promotor faz a consulta no computador] Promotor: Não me recordo a data. Você se recorda quando você esteve aqui? Ana Livia: Eu acredito que foi no dia... deixa eu dar uma olhadinha. [Ana Livia olha o calendário] Promotor: Mês de março, foi em março... Ana Livia: Foi dia... 19, se eu não me engano. Na terça-feira, isso... Promotor: Ok. Ana Livia: Foi dia 19. Promotor: Então ele a procurou na semana seguinte, você acredita. Ana Livia: Ele



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

me procurou no domingo. Promotor: No domingo? Aqui? [Promotor utiliza o calendário] Ana Livia: No domingo seguinte, no próximo. Dia 31. Isso. Promotor: Dia 31 então. Dia 31 de março ele a procurou. Ana Livia: Uhum. Promotor: Ok. Depois dessa visita a sua casa, depois de tantos anos, ele a procurou novamente? Ana Livia: Não. Promotor: Ele procurou os seus familiares? Ana Livia: Sim. Promotor: Procurou quem? Ana Livia: Entrou em contato com o meu pai. Promotor: Promotor: Por telefone ou pessoalmente? Ana Livia: Por telefone e pessoalmente. Promotor: E o que que ele falou ao seu pai? Ana Livia: Ele questionou, é... como era a forma que eu recebia na época, se eu recebia através de cheque ou direto no depósito bancário e se eu... se meu pai tinha conhecimento se eu estava sendo chamada novamente pra depor, se eu havia falado alguma coisa em relação ao caso. Promotor: E isso a incomodou, Ana Livia? Ana Livia: Sim. Bastante. Promotor: Você se sentiu, de alguma forma, coagida ou temerosa? Ana Livia: Sim. Eu me senti, na verdade, pressionada. Promotor: Certo. Ana Livia, nesse período que você trabalhou na Câmara, de 2014 a 2016, você sabe me informar se os demais assessores que estavam lá também se submetiam a essa prática? Ana Livia: Sim. Promotor: Quais? Você consegue... Ana Livia: Eu tenho conhecimento... acredito que todos eles ainda estão lá com ele, que eu me recordo que tenha saído, foi só eu e o Vitor Alexandre, e os demais ainda estão lá, e eu só não tenho conhecimento da Lucineide, a Chefe de Gabinete, ela é a única que eu não, não sei mesmo assim, não ouvi falar nada. Promotor: Certo. Ana Livia: Os outros eu tenho conhecimento de que repassava. Todos os outros. Promotor: Quem são os outros? O Reginaldo? Ana Livia: É o Reginaldo. Promotor: A Tatiane trabalhava lá nessa época? Ana Livia: Tatiane? Promotor: Esposa do Reginaldo. Ana Livia: Ah, sim. Mas a Tatiane era servidora da Câmara. Promotor: Da Câmara? Ana Livia: Isso. Da prefeitura na verdade. Promotor: Certo. Ana Livia: Ela não trabalhava no Gabinete. Promotor: Uhum. Ana Livia: É... a Thaynara. Promotor: Thaynara. Ana Livia: O André Vitor. E eu não sei, é... na época que eu estava lá, o Ludmar também era funcionário dele, mas ele não trabalhava no Gabinete. Promotor: Uhum. Ana Livia: Ele, é, fazia serviços externos. Não ficava na Câmara. Promotor: Ok. Ana Livia: Tá. E antes também de entrar lá, eu sei que o Ma... o atual ele é, o atual marido da filha dele trabalhava com ele também, na época eles eram namorados. Promotor: Uhum. Ele também se submetia a essa prática? Ana Livia: Também. Promotor: Entendo. É, Ana Livia, nesse período que você trabalhou lá você recebia em cheque ou em conta? Ana Livia: Em conta. Promotor: Na conta. E você sacava no dia seguinte já esse valor? Ana Livia: Geralmente no dia seguinte, dois dias depois. Promotor: Qual que era sua prática, você sacava toda sua remuneração ou você sacava só a parte que você ia entregar? Ana Livia: Eu geralmente eu sacava só o valor a ser entregue. Promotor: A ser entregue. Ok. Mais alguma coisa, Ana Livia, que você gostaria de acrescentar ao seu depoimento? Ana Livia: Acredito que eu tenha falado tudo. Promotor: Ah. Te esclareço, Ana Livia, que você não pode ser ameaçada, constrangida, perseguida, importunada, de qualquer forma, se for procure imediatamente o Ministério Público que nós tomaremos as medidas adequadas. Ana Livia: Sim.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DECLARAÇÕES DE REGINALDO APARECIDO DE OLIVEIRA, PRESTADAS EM 12 DE ABRIL DE 2019.

Promotor: Aos doze dias do mês de abril de 2019, as dezesesseis horas e cinquenta e cinco minutos, no Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça, da comarca de Jataí, passo a inquirição do declarante, Reginaldo Aparecido de Oliveira. Reginaldo, boa tarde. Reginaldo: Boa tarde. Promotor: Reginaldo, após sua oitiva anterior aqui na Promotoria, surgiram alguns outros indícios que apontam aí pra irregularidades no Gabinete do vereador Marcos Antônio. Neste cenário, até que se delimite qual a sua real participação nesse esquema criminoso, irei oitivalo sem o compromisso, uma vez que há fatos aqui que supostamente poderão, inclusive, incriminá-lo se ficarem comprovados. Reginaldo: Certo. Promotor: Então exorto que nesse momento o senhor não está obrigado a dizer a verdade, mas é a chance que o senhor terá antes de uma medida cautelar mais incisiva, de apresentar aí a sua versão a respeito dos fatos que são apurados. Reginaldo: Sim. Promotor: Reginaldo, você afirmou anteriormente que você nunca efetuou qualquer tipo de repasse ao vereador Mauro... é... ao vereador Marcos Antônio. Você vai continuar sustentando isso? Reginaldo: Sim, doutor. Promotor: Nunca lhe foi solicitado nenhuma gratificação? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Não? O vereador nunca pediu pro senhor devolver nenhuma parcela da sua remuneração? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Não? O senhor trabalha com o vereador Marcos Antônio desde que ano? Reginaldo: De 2011. Promotor: 2011. Reginaldo: Na verdade eu trabalho na presidência da Câmara, com ele, foi agora em... foi, colocado no Gabinete dele no dia dois de fevereiro. Promotor: Quem o nomeou? A primeira, a primeira nomeação, quem fez? Foi o próprio vereador Marcos Antônio? Reginaldo: De 2011? Promotor: De 2011. Reginaldo: Não. Foi quem, foi o presidente da Câmara que foi o Geovaci né. Promotor: Presidente Geovaci. Reginaldo: Isso. Promotor: Ele o nomeou a pedido do vereador Marcos Antônio ou o senhor tinha algum contato com o Geovaci? Reginaldo: A pedido do vereador. Promotor: Marcos Antônio. Ok. Você ficou na presidência da Câmara por qual período? Reginaldo: De 2011 a agora. Promotor: 2011 até... Reginaldo: Até o dia de hoje. Promotor: O senhor continua na presidência da Câmara então. Reginaldo: Não senhor, eu fui... todo... eu fui exonerado agora né, no final do ano, e mudou, como mudou, muda a presidência, há esse exoneramento todo, todo tempo. Então de dois em dois anos eu era demitido, porque é uma prática do... da Câmara. Então eu sou exonerado, aí depois se o presidente né, caso queira que eu fique, eu fico. Promotor: Então de 2011 até o final do ano você estava vinculado a presidência da Câmara. Com essas interrupções, exonerado, nomeado novamente. Reginaldo: Sim. Promotor: Ok. Durante esse período, de 2011 a 2018, o senhor ocupou algum outro cargo na Câmara? Reginaldo: Sim... Promotor: O senhor estava assistente administrativo? Reginaldo: Não senhor, eu tava, eu tava como chefe de... de limpeza. Promotor: Chefe de limpeza? Reginaldo: Isso. Departamento de limpeza. Porque lá é... a parte tudo é... administrativo, então as vagas que o presidente da Câmara... aquilo que eu desempenhei lá né, quis ficar comigo aí ia encaixando igual tá os demais. Promotor: Durante esse período então você foi chefe de Gabinete? Algum período? Reginaldo:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Não senhor. Promotor: Não? Reginaldo: Não. Promotor: A que chefia você ocupou no período em que você lá esteve? Reginaldo: Chefe... Chefe da repartição de limpeza. Promotor: Chefe da repartição de limpeza? Reginaldo: É. Promotor: É essa que é a terminologia? Reginaldo: Chefe de... é, chefe disso. De limpeza, é isso mesmo. Promotor: Que, que você fazia lá? Reginaldo: A gente ficou... a, eu ficava responsável por, é... coordenar a, a limpeza da Câmara né. Mas lá tem o... o servidor Gabiroba, ele faz essa, essa prática aí. Na verdade ficava sob minha supervisão essa, essa prática de limpeza. Promotor: Uhum. O senhor trabalhou no cerimonial? Reginaldo: Sim, foi na época que o vereador Marcos Antônio foi o presidente da Câmara, que eu fui, ocupei a chefia de cerimonial. Promotor: E atualmente o senhor ocupa então a chefia de...? Reginaldo: Ah não, atualmente eu tô no Gabinete do vereador Marcos Antônio. Promotor: No Gabinete do Marcos Antônio. Reginaldo: No legislativo. Promotor: Até 2018 você tava na chefia de limpeza? Até o final do ano? Reginaldo: Sim senhor. Promotor: Uhum. A sua esposa trabalhou na Câmara? Reginaldo: Minha esposa ela é concursada da Prefeitura, e... ela é cedida pra Câmara. Promotor: Quando foi essa cessão dela? O senhor se recorda? Reginaldo: Não entendi doutor.

Promotor: Em que ano que ocorreu essa cessão? Reginaldo: Que ela foi pra Câmara? Promotor: Isso. Reginaldo: Ela tá na Câmara desde que, desde a agendação de 2009. Ela, ela é assis... ela é assessora do, do Gabine... É assessora do Pastor Luiz Carlos, na época, e... assim que ele saiu, ela continuou na, na Câmara como intérprete de libras, e faz design gráfico no cerimonial. Promotor: Ela trabalhou na comissão de orçamento também da Câmara? Reginaldo: É, na parte do... do almoxarifado né. Acho que se não me engano ela ocupou essa, esse cargo aí, essa, essa pasta lá. Promotor: Quanto que você ganha hoje, Reginaldo? Reginaldo: Hoje é três alguma coisinha doutor. Promotor: Três novecentos? Reginaldo: Isso. Promotor: E a sua esposa? Reginaldo: Ela, ela é de concurso, ela é mil setecentos e alguma coisa, tem mais de... Promotor: E ela tem gratificação? Reginaldo: Ela tem a da Prefei... ela tem a da... Promotor: Da Câmara? Reginaldo: ...da Câmara, que é 80%. Promotor: 80%,... Mais 80% de gratificação? Reginaldo: Não. Esse já, esse, esse valor já é o valor com a gratificação, doutor. Promotor: Mil e setecentos já é com a gratificação? Reginaldo: Esse é o líquido, é o líquido que cai na conta dela. Promotor: Uhum. No período que o senhor estava na chefi... na presidência da Câmara, exercendo a função de chefe de cerimonial, chefe de limpeza, o senhor lembra quanto que era sua gratificação? Reginaldo: Variava muito do... da... como posso dizer pro senhor... dos valores da... que aumentava do salário né, então... Promotor: Mas a gratificação? Reginaldo: ...em torno de cinco... a gratificação o senhor fala? Promotor: Isto. Reginaldo: Em torno, acho que era 80%, acho que só pode ter. 80% e acho que 100% eu acho. Não me lembro muito agora. Promotor: O senhor percebia o total então de quanto? Aproximadamente cinco mil líquido? Reginaldo: Era cinco, quatro e pouquinho... É, cinco e alguma coisa. Promotor: Thaynara, continua trabalhando no Gabinete com vocês? Reginaldo: Sim. Trabalha no Gabinete do Marcos Antônio. Promotor: André Victor? Reginaldo: Também. Promotor: Também? Reginaldo: Sim.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Promotor: As informações que eu tenho aqui da Promotoria são um pouco diferentes. A informação é que tanto você, como Thaynara, como André Victor, sempre repassaram, é, quantias ao vereador Marcos Antônio. Inclusive que essas gratificações era uma forma de aumentar a remuneração para viabilizar esse repasse. Reginaldo: Desconheço doutor. Promotor: Desconhece? Uhum. O senhor chegou a fazer alguma transferência bancária, em alguma ocasião, pro vereador? Reginaldo: Não senhor. Transferência bancária não. Promotor: Chegou entregar dinheiro em espécie em alguma ocasião? Reginaldo: Não senhor. Promotor: A sua esposa chegou a entregar dinheiro, transferir valores para o Marcos Antônio ou pra qualquer pessoa da família dele? Reginaldo: Não senhor. Promotor: O senhor tem conhecimento de que outros servidores do Gabinete restituíam parcela da remuneração? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Não? Reginaldo: Não tenho esse conhecimento. Promotor: A esposa do senhor hoje continua na Câmara né? Reginaldo: Sim, continua lotada no, no cerimonial. Promotor: O senhor exerce outras atividades fora do Gabinete? Reginaldo: Sim. Promotor: Que que o senhor faz? Reginaldo: Sou vigilante, eu... eu tava em duas empresas, no IF e na UFG. Promotor: Uhum. Reginaldo: Atualmente só de... trabalho de vigia... de vigilante na, no IF. Promotor: Certo. E, qual que é o turno de trabalho do senhor, período da noite? Reginaldo: Período da noite. Temos também uma... Promotor: É empresa terceirizada ou você é concursado lá? Reginaldo: Terceirizada. Promotor: Terceirizada. Qual empresa que é? Reginaldo: Lá é a Citram. E na UFG era a Guardiã. Promotor: Como que é o nome da empresa? Reginaldo: Citram. Guardiã. Promotor: Citram. Reginaldo: Guardiã com, com a. Promotor: Uhum.. Há quanto tempo o senhor está nesse trabalho? Reginaldo: Doutor tem algum tempo que eu trabalho de vigilante. Na UFG eu sai, eu sai agora... Promotor: Na UFG era através dessa empresa também? Reginaldo: Da Guardiã. Sim. Lá era vigia, depois se tornou vigilante. Trabalhei lá por alguns anos. Promotor: Certo. O senhor consegue estimar? Antes de o senhor entrar na Câmara o senhor já trabalhava como vigilante? Reginaldo: Não. Foi... eu sai do quartel em 2011, e... e fiz o curso né, porque eu não tinha, eu não tinha trabalho ainda definido, fiz o curso em Goiânia, e aí, nesse período que eu entrei na Câmara em 2011, surgiu a oportunidade de trabalhar a noite também, então pra mim foi... Promotor: Uhum. Quanto que o senhor ganha nessa empresa terceirizada?

Reginaldo: É. Líquido, líquido da uns dois mil reais. Promotor: Uhum. Certo. Segurança arma... vigilância armada? Reginaldo: Armada. Promotor: Ok. Qual que é a jornada de trabalho da sua esposa? Reginaldo: Da minha esposa? Promotor: Sim. Reginaldo: A mesma da Câmara, é, de segunda a sexta. Promotor: Uhum. Das oito ao meio dia? Reginaldo: Isso. Promotor: Ela trabalha na parte da tarde também? Reginaldo: Trabalha também. Promotor: Qual que é seu horário de trabalho na Citram, nessa empresa? Reginaldo: É, 18 horas as 06 da manhã. Promotor: Uhum. Reginaldo: Escala 12x36. Promotor: Certo. Hoje então o senhor, o senhor exerce o cargo de assessor legislativo né no Gabinete do vereador Marcos Antônio. Reginaldo: Isso. Promotor: Que que o senhor faz? Reginaldo: Doutor, a gente faz atendimento pessoal, a gente faz serviços externos, como foto na rua, leva algum



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

ofício, vai até o vereador, pega, colhe alguma assinatura é...referente ao trabalho da Câmara, e fica no pleno da Câmara, de ficar no prédio. Então, esse serviço de trazer um ofício, buscar alguma coisa, ver alguma solicitação, solicitado lá pelo Gabinete, pessoa solicita que a gente visita alguma rua, algum setor, a gente faz essa atividade. Promotor: Uhum. Consta em 2015 uma exoneração do senhor, que pode ser aplicado com uma nomeação subsequente, dia 04 de maio de 2015 o senhor era chefe de Gabinete Parlamentar, e o senhor foi remanejado para o cargo de Chefe de Cerimonial, passando a perceber 80% de gratificação. O senhor se lembra da razão, o motivo dessa mudança? Reginaldo: 2015? Promotor: Isso. Dia 04 de maio de 2015. Reginaldo: Não, doutor. Talvez.... Não me recordo. Promotor: Não se recorda? Reginaldo: Não se... Não me recordo. Não sei se foi... não lembro não. Promotor: Foi uma ocasião que tanto você, como o André, como o Victor, mudaram de cargo. Reginaldo: Ah, então deve ser a presidência do vereador Marcos Antônio. Promotor: Isto. Reginaldo: Então foi... Promotor: Você sabe o por quê dessa mudança? Reginaldo: Porque o vereador se torna, quando o vereador se torna presidente, doutor, ele tem os cargos de chefia né, que ele pode tá destinando qualquer um dos servidores de confiança pra esses cargos. Promotor: Uhum. O senhor lembra quanto tempo que o senhor ficou como chefe de cerimonial? Reginaldo: Eu... eu acredito, eu acredito, não me recordo, mas seria o período de... da, do ano que o vereador estava como presidente. Promotor: O senhor tem conhecimento se nesse período o André e o Victor restituíam essa gratificação pro vereador? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Não sabe dizer. Reginaldo: Não sei dizer. Promotor: E o senhor alega que o senhor não restituía? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Uhum. O senhor teve alguma vez algum benefício, redução de jornada, dispensa de ponto, nesse período que o senhor estava na... na Câmara dos vereadores? Reginaldo: Teve uma época lá doutor que os Chefes não tinham a habitualidade de bater os pontos, mas eu quase sempre batia ele, pra ter até um... uma forma de, de comprovar que eu estava trabalhando. Promotor: Ok. Mais alguma coisa que o senhor queira, queira acrescentar as suas declarações senhor Reginaldo? Reginaldo: Não senhor.

SEGUNDA PARTE DAS DECLARAÇÕES DE REGINALDO APARECIDO DE OLIVEIRA

Promotor: Doze dias do mês de abril de 2019, às 17 horas e 54 minutos, no Gabinete de 4ª Promotoria de Justiça, da Comarca de Jataí, passo a inquirição do depoente Reginaldo Aparecido de Oliveira. Reginaldo, boa tarde. Reginaldo: Boa tarde. Promotor: Reginaldo, você foi ouvido a pouco na Promotoria e retornou para retificar suas declarações. É isso? Reginaldo: Correto, doutor. Promotor: Você já me narrou aqui de forma prévia, qual teria sido a sua participação nesses fatos, portanto, neste cenário, a partir desse momento, eu lhe ouvirei na condição de testemunha. Reginaldo: Certo. Promotor: Nessa qualidade o senhor não pode mentir, nem tão pouco omitir fatos que eu lhe perguntar. Reginaldo: Ok. Promotor: Então o senhor está compromissado a dizer verdade sob pena da prática do crime de falso testemunho. Reginaldo: Sim senhor. Promotor: Você compreende isso? Reginaldo: Sim. Promotor: Reginaldo, o senhor já me falou aqui que o senhor trabalhou na Câmara dos vereadores desde 2011, permanecendo 2011 a 2018 na



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

presidência... Reginaldo: Sim. Promotor:... da Casa, e a partir desse ano o senhor passou a integrar o Gabinete do vereador Marcos Antônio. O que o senhor queria alterar no depoimento anterior do senhor? Reginaldo: Ah... naquele que o senhor me perguntou sobre a se eu tinha, se eu tinha, é, o hábito de passar, é, valores pro, para o vereador. Promotor: Você restituía, é, parcela da sua remuneração, você chegou a devolver valores para o vereador Mauro Bento? De qual período? Vereador Marcos Antônio, perdão. De qual período? Reginaldo: No período que eu é... de 2011 a 2016, 2015... é 2016. Promotor: 2016. Então durante esse interregno aqui de cinco anos o senhor devolveu parcela da sua remuneração. Qual que era o percentual que o senhor devolvia? Reginaldo: Varia da... de qual é... posto que eu estava ocupando na Câmara né. Então assim, eu tinha um salário fixo de uns três mil, e o restante passa... passo... passaria naquele momento para o vereador. Promotor: Então, para que fique claro, o senhor recebia o salário aproximado de três mil reais, que era o salário-base do cargo que o senhor ocupava, além disso o senhor tinha uma gratificação, era isso? O senhor recebia um valor a mais a título de gratificação pelas funções que o senhor ocupava? Reginaldo: Sim. Promotor: E essa gratificação que o senhor devolvia? Reginaldo: Sim. É, esse salário anterior que é o que eu mencionei, são os salários meus, esse salário é o salário que eu tinha ele comigo, o restante, é, eu passava pro... Promotor: Pra ele. Na verdade, o senhor ficava com três mil e repassava o restante? Reginaldo: Isso. Promotor: Durante todo esse período? Reginaldo: Não senhor. Varia. Teve... depende o... qual cargo que eu ocupava e o salário era dois e oitocentos, dois e quinhentos, não tinha assim, eu não lembro exato os valores certos. Mas eu tinha a estimativa de ser três mil porque foi um valor que, que durou aí um, um bom tempo. Promotor: Então de 2011 a 2016 o senhor ficava sempre com o entorno de aproximadamente dois e quinhentos a três mil reais a depender da remuneração do cargo que o senhor ocupava? Reginaldo: Correto. Promotor: E o senhor devolvia... o senhor devolvia ao vereador a diferença... Reginaldo: Sim. Correto. Promotor: ... a quantia não ultrapassava isso. Reginaldo: Correto. Promotor: O senhor lembra mais ou menos o valor que o senhor restituía, entregava ao vereador? Reginaldo: É... mil e pouco, mil reais. Promotor: Em torno de mil reais ao mês? Reginaldo: É. Promotor: E o vereador falava pra que que ele usava esse valor, esse dinheiro? Reginaldo: Na verdade ele falava que era pra ajudar em despesa do... do Gabinete né, pra ajuda à comunidade, alguma... alguém que ia até o Gabinete dele pedir alguma ajuda, como cesta, alguma coisa assim, remédio... Promotor: E quem administrava esse, esse valor? Reginaldo: Não, esse dinheiro eu passava diretamente para o vereador. Promotor: Você passava em espécie ou... Reginaldo: Em espécie. Promotor:... depósitos? Reginaldo: Sempre em espécie. Promotor: Sempre em espécie. Ok. E o que aconteceu em 2016 que o senhor a partir de 2016 o senhor não devolveu mais? Reginaldo: É... em 2016 eu me casei, em janeiro de 2016, então, depois que eu casei, eu aleguei pro vereador que esses, é... pra mim continuar na Câmara com ele, eu não queria mais participar dessa prática de passar o dinheiro porque eu, como eu casei, eu queria construir alguma coisa com, com esses valores que eu repassava pra ele. Promotor: Uhum. Reginaldo: Ele falava que era uma forma de poder ajudá-lo na, nas suas despesas. Promotor: E ele aceitou isso? Reginaldo: Sim. Promotor: Ele aceitou que o senhor



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

parasse de devolver? Reginaldo: Sim. Até então, desse ano de 2016 pra agora a gente não... Promotor: Então foi final de 2016 isso? Reginaldo: Isso. Promotor: Então 2017 pra cá o senhor não restituiu mais? Reginaldo: Não senhor. Promotor: E a esposa do senhor que foi, passou a ocupar o cargo lá, em 2015 ela tava ocupando outro cargo já. Quando que ele foi cedida lá pra, pra Câmara? Reginaldo: Ela sempre esteve na Câmara. Promotor: Sempre. Reginaldo: Desde 2009. Ela era assessora do, do Gabinete do, do, na época vereador, é... Pastor Luiz Carlos, é, e daí então ela continuou na, na Câmara, porque ela é intérprete de libras, então a Câmara sempre necessitava de uma transmissão, e ela como estava, era da prefeitura, e ela é design gráfico também, ele, a Câmara usava ela no cerimonial. Promotor: A esposa do senhor é Tatiane Gomes Costa? Reginaldo: Isso. Promotor: Ela efetuou repasse também? Reginaldo: Não senhor. Ela nunca, nunca fez repasse para o vereador Promotor: Nunca devolveu? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Nem aquela gratificação que ela passou a receber? Reginaldo: Não senhor. Promotor: Então quem devolvia era apenas o senhor, dos anos de 2011 a 2016, a quantia aproximada de mil reais ao mês. É isso? Reginaldo: Isso. Promotor: Ok. Antes de o senhor vir aqui o vereador Marcos Antônio o procurou, lhe falou alguma coisa a respeito do seu depoimento? Reginaldo: Sim. Ele teve a, ele teve a ciência que eu, eu recebi no Gabinete dele uma, uma intimação pra comparecer aqui com o senhor. Promotor: E o que ele falou pro senhor? Reginaldo: Ele orientou a mim apenas falar aquilo que, que tá acontecendo, que eu não tenho essa prática de, de passar nenhum, de passar uma parte do meu ganho pra ele né, e disse que pra mim ficar tranquilo que daria certo. Promotor: Uhum. Em relação aos demais que lá estão? Reginaldo: Doutor, eu não consigo falar sobre os colegas... Promotor: Uhum. Reginaldo: Eu não sei se tem ou não tem. Eu não tenho assim, uma... eu nunca tive esse... esse... essa confirmação deles a respeito. Promotor: Ok. A esposa do senhor então o senhor alega que mesmo quando ela ocupou esses cargos com gratificação, ela nunca devolveu? Reginaldo: Não senhor. Na verdade, é, esse foi até um pedido meu com o vereador por causa do, da data do casamento, a gente precisava, eu falei pra ele que eu precisava, como ele era presidente da Câmara e ela tinha só o salário do concursado, se tinha como ele me ajudar nesse, nesse quesito de colocar ela num cargo que ganhava gratificação melhor. Promotor: Uhum. Reginaldo: Porque a gente ia se casar em jane... em janeiro de 2016. Promotor: Ok. Mais alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar que o senhor não tenha contado? Reginaldo: Não doutor, acho que eu falei tudo. Promotor: De 2016 pra cá então o senhor afirma que o senhor não restituiu mais? Reginaldo: Não tenho mais essa prática com o vereador. Promotor: Ok. 18 horas e 15 minutos, dou por encerrado o depoimento de Reginaldo Aparecido de Oliveira.

DECLARAÇÕES DE TATIANE, PRESTADAS EM 12 DE ABRIL DE 2019.

Promotor: Aos doze dias do mês de abril, às 18 horas e 15 minutos, no Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça, da Comarca de Jataí, passo a inquirição da depoente Tatiane Gomes da Costa. Tatiane: Sim. Promotor: Tatiane Gomes Costa, né? Tatiane: Isso. Promotor: Tatiane, boa noite. Tatiane: Boa noite. Promotor: Tatiane, você é esposa do Reginaldo Aparecido de Oliveira. Tatiane: Sim. Promotor: Correto?



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Tatiane: Sou. Correto. Promotor: Ele esteve aqui hoje por duas vezes pra prestar declarações a respeito do procedimento investigatório em trâmite nessa Promotoria de Justiça. Tatiane: Sim. Promotor: Você o acompanhava, portanto, passei também a sua inquirição. Tatiane: Ok. Promotor: Tatiane, você trabalha na Câmara, aliás, inicialmente lhe informo que a senhora será ouvida na condição de testemunha... Tatiane: Sim. Promotor: ... nessa condição a senhora tem obrigação legal de me dizer a verdade do que souber e for perguntado, sob pena da prática do crime de falso testemunho. Tatiane: Ok. Promotor: Ok? Tatiane: Obrigada. Promotor: Senhora Tatiane, a senhora trabalha na Câmara dos vereadores? Tatiane: Sim, trabalho. Promotor: A senhora é servidora da Câmara ou servidora do executivo, da prefeitura? Tatiane: Eu passei no concurso, na prefe... eu fiz um concurso em 2008 e em 2009 é, o Pastor Luiz Carlos me chamou pra trabalhar com ele. E nesse período que eu comecei a trabalhar com ele eu também fui chamada pra prefeitura, só que aí eu descobri que existia uma prerrogativa que a gente poderia trabalhar na Câmara emprestada. Promotor: Uhum. Tatiane: Então, o Pastor Luiz solicitou e eu fiquei emprestada lá na Câmara. Promotor: A senhora foi cedida então da prefeitura pra Câmara. Tatiane: Aham. Já no início... como o concurso foi em 2008, eu fui cedida em 2009. Promotor: Tá. E o que a senhora passou a fazer na Câmara dos vereadores? Tatiane: Inicialmente eu trabalhei com o Pastor Luiz Carlos. Promotor: Certo. Tatiane: Né. Depois que... é pra falar depois, que aconteceu depois? Promotor: Pode falar. Tatiane: O Pastor Luiz venceu o mandato dele, candidatou e não ganhou as eleições. Ele, ele saiu e aí se eu, salve engano, se eu não tiver enganada, o Geovaci fez um projeto de lei ou um, criou um cargo de intérprete de libras e como eu sou intérprete de libras, já há muitos anos, eu trabalhei muitos anos como intérprete de libras, eu falei então me deixa aqui na Câmara, se for possível, pra mim poder trabalhar nesse cargo. Então, desde então eles me deixaram lá. E eu trabalhei de intérprete de libras durante um tempo, e como intérprete de libras eu era de... eu era lotada no departamento de cerimonial. Então eu ficava no departamento de cerimonial, só que quando eu tinha que interpretar as sessões eu ia pra rádio TV Câmara, que eles filmavam lá né. Promotor: Ok. Tá. Tatiane: E aí... teve mais cargos. Promotor: E você passou a ser remunerada pela Câmara ou você continua sendo remunerada pela prefeitura? Tatiane: Eu sou da Câmara sem ônus pra prefeitura. Promotor: Ok. E quanto que você recebe na Câmara? Tatiane: Hoje... aí eu acho que dois mil e cinquenta e quatro, mil novecentos, mil oitocentos e pouco líquido, assim... Promotor: Aproximadamente dois mil líquido. Tatiane: É. Mais ou menos. Promotor: Ok. Então quanto que você ganhava na... quanto que é o, a remuneração base do seu cargo? Quanto que você ganha? Tatiane: É um salário. Promotor: Então. Ok. Então você tem uma gratificação aí de 80%... Tatiane: É... é o que a Câmara oferece. Promotor: Ok... do próprio salário. Tatiane: Aham. Promotor: Tatiane, quando você veio da prefeitura pra Câmara, você alguma vez devolveu parcela da sua remuneração? Tatiane: Nunca devolvi parcela da minha remuneração. Promotor: Tá... Tatiane: Pra ninguém. Promotor: Pra nenhum vereador? Tatiane: Pra ninguém, nem... ninguém da Câmara. Promotor: Tá. Você alguma vez, algum vereador solicitou essa devolução? Tatiane: Nenhum vereador me solicitou. Pastor Luiz Carlos, quando eu trabalhei com o Pastor Luiz Carlos



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

nunca nem tinha ouvido falar dessa conversa. Eu fiquei sabendo que existia isso na Câmara depois que eu fiquei no administrativo. Promotor: Uhum. Ok. Em relação os servidores que trabalham na Câmara, você sabe de alguém que está nessa situação? Tatiane: A gente ouve conversa, mas a gente não tem como, assim, eu não... Promotor: Não tem como provar. Tatiane: Você pode repetir a pergunta? Promotor: É, se a senhora conhece algum assessor que está nessa... algum assistente legislativo ali que esteja nessa condição; Tatiane: Que esteja? Promotor: É. Tatiane: Agora? Promotor: Agora. Tatiane: Então, a gente ouve falar, mas é aquela coisa né... Promotor: Sobre os boatos né? Tatiane: É, os boatos. Então não tem como a gente dar nomes assim Promotor: Ok. Tá bom. O Reginaldo confirmou aqui pra mim que ele devolvia... Tatiane: Sim. Promotor: ... parcela da sua remuneração. A senhora sabe em que período essa devolução foi feita? Tatiane: Assim, é, quando eu comecei a trabalhar na Câmara, eu, eu não o conhecia, eu comecei em 2009. Então eu comecei a trabalhar na Câmara, e a gente se conheceu na Câmara, namorou, noivou e casou na Câmara. Os dois já trabalhando lá. Quando eu entrei em 2009, ele entrou em 2011, se eu não me engano, entrou em 2011, e aí eu não sabia que tinha essa prática, eu não sabia que ele tinha essa prática. Quando eu o conheci aí eu fiquei pegando no pé dele, vamo parar, vamo parar, vamo parar com isso, pelo amor de Deus, isso é errado. E a gente foi, da nossa forma né, orando, buscando de Deus, uma forma pra gente sair disso. E a gente conseguiu. E depois de um certo tempo, se não me engano, três anos e meio, mais ou menos quatro anos, a gente parou e não teve mais. Mas teve um período que eu soube que ele fazia. Promotor: E você sabe quanto que ele devolvia? Tatiane: Eu não tenho acesso a isso. Promotor: Uhum. Tatiane: Assim, eu não lembro na verdade, ter acesso eu perguntar pra ele ele vai me falar, mas eu nunca quis saber. Promotor: Ok. A senhora então afirma que a senhora nunca passou por essa situação? Tatiane: Eu nunca passei por essa situação. Promotor: Ok. Mais alguma coisa que a senhora gostaria de me contar que a senhora sabe? Tatiane: Depois, eu... depois que terminar a gravação eu quero falar, aí se o senhor quiser que grava. Tudo bem Promotor: Pode falar, eu preciso registrar. Tatiane: Precisa. Promotor: Sobre o que a senhora gostaria de falar? Tatiane: É assim, é porque a gente fica com receio de acontecer alguma coisa. Promotor: Certo. Eu já falei pro, pro Reginaldo e repito pra senhora. Tá. Vocês não podem ser ameaçados, perseguidos, constrangidos, em nenhuma circunstância. Tatiane: Uhum. Promotor: Então, se isso ocorrer, vocês me comuniquem imediatamente. Tatiane: Tá bom. Promotor: Imediatamente que eu vou tomar as providências cabíveis. Tá? Tatiane: Ok. Promotor: É inclusive uma conduta criminosa coagir testemunhas, é um crime contra a administração da justiça. Tatiane: Não que tenha feito, não que tenha feito, mas a gente fica receoso. Promotor: Então, mas esse receio sempre tem alguma coisa que fundamente. Então se acontecer o evento de ameaças, ou qualquer coisa que valha ameaça direta ou indireta, procura aqui o Ministério Público que nós vamos tomar providências imediatas para que esse comportamento não, não continue. Tatiane: Tá bom. Promotor: Tá bom? Tatiane: Aham. Promotor: Encerrar aqui a oitiva da senhora. Tatiane: Tá bom.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Comarca de Jataí

2ª Vara Cível, Fazendas Públicas, Meio Ambiente e Registros Públicos

PROTOCOLO Nº 5234942.14.2019.8.09.0093

AUTOR: Ministério Público Do Estado De Goiás RÉU: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ

DECISÃO/MANDADO DE

NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO, em acatamento dos pedidos do MPGO.

1. Trata-se de AÇÃO CAUTELAR ANTECEDENTE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS em face de MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ onde pleiteia o seu afastamento do cargo de vereador do município de Jataí/GO e o bloqueio patrimonial no valor de R\$ 300.963,06.

2. Afirma que em 2.004 instaurou o Inquérito Civil Público nº 25 para apurar dois fatos relacionados ao vereador MAURO BENTO: a existência de servidores 'fantasmas' e a prática de entrega de parte dos vencimentos dos assessores ao parlamentar; em razão dessa investigação outros vereadores foram mencionados.

3. Explica que vários ex-servidores e atuais servidores foram até a Promotoria de Justiça para relatar uma prática então comum na Câmara de Vereadores de Jataí: a obrigação de entregar parte do salário ao edil.

4. Relata que 01 ex-servidor e 01 atual servidor do gabinete do vereador MARCOS ANTÔNIO revelaram que repassou – e repassa – seus salários mensalmente.

5. Afirma que ANA LÍVIA trabalhou no gabinete do réu entre maio de 2014 a setembro de 2016 e por mais de dois anos repassou seu salário a ele, alguns meses por intermédio da esposa e em outros momentos pessoalmente. Que após prestar informações ao Ministério Público, foi procurada por ele que lhe disse que se fosse prejudicado também a prejudicaria, com clara intenção de intimidá-la.

6. Que o atual servidor REGINALDO APARECIDO, assessor legislativo, declarou que repassou durante 05 anos parte do seu salário, no valor entre R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00, diretamente a ele. Que em 2016 se recusou e parou de entregar parte do dinheiro.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

7. No total, o vereador recebeu o valor de R\$ 100.321,02, sem atualização ou correção.

8. É o relatório. Passo a decidir.

9. A Ação Civil Pública, prevista no art. 129, III da Constituição Federal e na Lei nº 7.347/85, é um instrumento processual destinado à proteção de interesses metas individuais, podendo veicular condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (art. 3º).

DA APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS AGENTES POLÍTICOS DO ESTADO BRASILEIRO

10. O conceito de agente público instrumentalizado pela Lei nº 8.429/92 é amplo, estabelecendo que "reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior", não havendo motivo para não alcançar o vereador.

11. A Carta Constitucional delineou os aspectos gerais acerca do processo e julgamento dos atos de improbidade administrativa sendo que, ao executar tal proeza, não excluiu os agentes políticos da esfera de alcance do combate aos atos ímprobos. Logo, se a fonte normativa suprema do ordenamento jurídico brasileiro não o fez, é impossível conceber que instrumentos normativos infraconstitucionais possam fazer.

12. Essa é a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"Esta Corte firmou orientação no sentido de que o conceito de agente público estabelecido no art. 2º da Lei n. 8.429/92 abrange os agentes políticos, como prefeitos e vereadores, não havendo bis in idem nem incompatibilidade entre a responsabilização política e criminal estabelecida no Decreto-Lei n. 201/67, com a responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa e respectivas sanções civis (art. 12, da LIA). (...) XI - Recurso Especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido. (REsp 1748752/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 08/11/2018).

DA POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DO PARLAMENTAR, INTEGRANTE DO PODER LEGISLATIVO, POR DECISÃO DO PODER JUDICIÁRIO

13. Quase um século antes dos primeiros passos da República brasileira, cientistas políticos constataram, ante o atrevimento e despotismo de regimes absolutistas, a urgência em limitar os poderes. O ápice deste ideal foi a obra "L'Esprit des lois" de Charles-Louis de Secondat (barão de Montesquieu) que



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

preconizou a separação dos poderes e harmonia entre os órgãos incumbidos de seu exercício.

14. Portanto, estabeleceu-se um senso comum teórico segundo o qual os diferentes Poderes do Estado devem ser exercidos por diversas autoridades e o exercício das funções de legislar, administrar e julgar não pode jamais implicar em atabalhoamento recíproco, sob pena de colapso das instituições.

15. Inserida neste processo histórico, a Constituição de 1988, munida de seu caráter plural e democrático, positivou a separação dos Poderes como cláusula pétrea e princípio fundamental da República Federativa, no art. 2º.

16. Apesar disso, na inter-relação entre os Poderes constituídos recai a questão relativa a interferências de um sobre o outro, situação excepcional mas possível pelo sistema de freios e contrapesos, onde cada um, em sua competência própria, poderá controlar outro, especialmente o Poder Judiciário, a quem caberá sancionar outros agentes políticos por desvios e maus comportamentos, o que ocorre na improbidade administrativa.

17. A utilização desta medida judicial de afastamento cautelar contra agente político do Legislativo é excepcionalíssima, pois priva um representante do povo de exercer atribuição constitucional e democraticamente a ele conferida, vez que impede o exercício regular do mandato político.

DOS REQUISITOS PARA A DECISÃO JUDICIAL, DE NATUREZA CAUTELAR, DE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE PARLAMENTAR

18. O afastamento cautelar de membro do Poder Legislativo, por decisão judicial, está previsto no art. 20 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade):

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

19. O caput do dispositivo legal preza pelo devido processo legal e seus corolários, ampla defesa, contraditório e presunção de inocência, todos de natureza constitucional. Medidas gravosas como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública exigem cautela, ampla audiência e cognição exauriente por parte do magistrado condutor do feito; o parágrafo único prevê o afastamento cautelar do agente público do exercício do cargo, emprego ou função.

20. Busca-se preservar a instrução processual em sede de ação de improbidade; por se tratar de medida cautelar, se submete a dois requisitos: probabilidade do direito lato sensu e perigo na instrução.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

21. É a posição da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

I - O afastamento cautelar de agente político está autorizado pelo art. 20, parágrafo único, da Lei n. 8.429, de 1992, "quando a medida se fizer necessária à instrução processual".

II - Essa norma supõe prova suficiente de que o agente possa dificultar a instrução do processo.

III - O afastamento sub judice está fundado no risco à instrução processual, inexistindo, portanto, lesão aos interesses tutelados pelo art. 4º da Lei n. 8.437, de 1992. Agravo regimental desprovido." (AgRg na SLS 1.900/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/12/2014, DJe 09/03/2015)

22. Registro o seguinte precedente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que compartilha do raciocínio aqui esposado: "(...) Consoante o regramento do parágrafo único do art. 20 da Lei nº. 8429/92, o afastamento de agente público do cargo é medida excepcional e somente pode ocorrer quando houver indícios, ou elementos suficientes a demonstrar que o investigado possa influenciar na instrução processual, situação diversa da dos autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO". (TJGO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 17994477.2016.8.09.0000, Rel. DES. JEOVA SARDINHA DE MORAES, 6A CAMARA CIVEL, julgado em 20/09/2016, DJe 2121 de 29/09/2016).

23. Em caso quase idêntico, envolvendo o vereador MAURO ANTÔNIO BENTO FILHO, a Exma. Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS CARNEIRO REQUI, em decisão liminar proferida em 12/09/2019, no Agravo de Instrumento por ele interposto, disse que:

Pois bem, em juízo de cognição sumária, diante das razões deduzidas, verifico que não estão presentes os requisitos que autorizam o deferimento da concessão do efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, uma vez que, à primeira vista, constata-se os pressupostos ensejadores da providência liminar requerida pelo Ministério Público no juízo de primeiro grau, não só pela relevância dos fundamentos trazidos apresentando fortes indícios de responsabilidade do demandado, como pelo perigo de demora, caso as medidas reclamadas sejam deferidas somente a final, que a própria Lei n.º 8.429/92 define, bastando a demonstração dos indícios de atos de improbidade e a verossimilhança das alegações. (Agravo de Instrumento nº 5186420.41.2019.8.09.0000)

DOS REQUISITOS DA MEDIDA CAUTELAR: DA PROBABILIDADE DO DIREITO, A PROVA DO FATO IMPUTADO E O RISCO À INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

24. Sustenta o parquet que o enriqueceu ilicitamente e violou os princípios da Administração, incorrendo nos arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/92.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

25. O princípio do livre convencimento motivado (art. 371, CPC) dispõe que o juiz apreciará a prova constante do processo e indicará as razões da convicção, não se submetendo a nenhum tipo de prova específica, uma vez que não foi acolhido o sistema de tariffação (art. 369, CPC).

26. Neste momento processual, de análise liminar, a cognição ocorre mediante juízo sumário, com base na prova apresentada pelo parquet.

27. No caso, entendo que, por ora, há prova oral suficiente para comprovar o esquema ilícito organizado pelo vereador MARCOS ANTÔNIO, em se enriquecer às custas de parte do salário de seus subordinados, vez que ex e atuais servidores contaram, com detalhes, como o vereador atuava.

28. A ex-servidora ANA LÍVIA BORGES contou que trabalhou para ele entre maio de 2014 a setembro de 2016, com salário de R\$ 3.000,00, e que era obrigada a devolver metade desse valor, a saber:

Promotor: Você se recorda qual era a sua remuneração? Você se recorda quanto você ganhava no bruto, total? Ana Livia: Cerca de três mil. Promotor: Três mil. Ana Livia: Isso. Promotor: Ok. Ana Livia, nós temos aqui informações que outros assessores tinham que devolver parte da sua remuneração ao vereador, eu pergunto, você também foi submetida a essa... a essa prática? Ana Livia: Sim. Promotor: Quanto que você devolvia por mês? Ana Livia: Eu fazia o repasse de exatamente da metade do valor que eu recebia.

29. Por incrível que parece, a ex-servidora relatou um esquema familiar, que envolvia o filho e a esposa do vereador MARCOS ANTÔNIO, pois foi obrigada a repassar parte do salário para o filho e depois para a mulher, segue trecho do depoimento:

Promotor: Ele que lhe chamou pra trabalhar, lhe contratou, como foi isso? Ana Livia: É... quando eu comecei a trabalhar com ele, eu mantinha um relacionamento com o filho dele, já tinha mais ou menos quatro anos, então, o convite pra trabalhar com ele foi feito lá dentro da casa dele, por ele e pela esposa dele. E nesse mesmo dia, é... a princípio a conversa era que eu entraria lá pra, é... trabalhar e que o salário seria pra beneficiar tanto eu quanto o meu... o meu namorado na época, que era o filho dele. Promotor: Entendo. Ana Livia: Então, assim, no caso, era pra nós dois o salário, não era pra ele. Promotor: Certo. Ana Livia: Depois, é... acho que mais ou menos uns três meses depois que eu comecei a trabalhar com ele na Câmara, esse relacionamento chegou ao fim, aí sim que ele veio conversar comigo, para que eu fizesse o repasse para a esposa dele. Depois, quando eu comecei, que ele percebeu que eu já tava... que eu não tava gostando da situação, aí ele mesmo começou a ... Promotor: A receber? Ana Livia: ...a receber. Promotor: E ele falava... então foram os três primeiros meses que você repassou para, você ficou... Ana Livia: É. Promotor: ...na oportunidade, pra você e para o seu namorado né, que é o filho dele... Ana Livia: Isso, isso. Promotor: Ai com cerca de três meses depois você rompeu o relacionamento... Ana Livia: Isso.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Promotor: ...você romperam, e a partir de então você passou, começou a repassar pra esposa do vereador Marcos Antônio? Ana Livia: Sim. Promotor: Correto? E por quanto tempo você fez esse repasse a ela? Você se recorda, consegue estimar? Ana Livia: Foi... foram poucos meses, depois eu já passei a tratar diretamente com ele. Promotor: E esses repasses, tanto pra esposa do vereador Marcos Antônio, quanto para ele, eram feitos sempre em espécie, em dinheiro, ou você fazia alguma transferência bancária? Ana Livia: Sempre em espécie. Promotor: Sempre em dinheiro vivo? Ana Livia: A pedido dele. Promotor: Ok. Essa entrega era feita nas dependências da própria Câmara pra ele? Ana Livia: As vezes sim, as vezes eu tinha que ir até a casa dele, as vezes ele ia até a minha. Dependia.

30. O atual servidor REGINALDO APARECIDO, em seu primeiro depoimento, contou que trabalhou na Câmara desde 2011 em diversos cargos, como chefe do cerimonial e chefe de limpeza, e que desde 2018 passou a integrar o gabinete do réu, como assessor legislativo, e que nunca entregou parte do seu salário a ele.

31. Todavia, retornou ao Ministério Público, no mesmo dia, para retificar o depoimento anterior, onde resolveu contar que repassou parte do seu salário desde 2011, em torno de R\$ 1.000,00 por mês, a saber:

Promotor: Então de 2011 a 2016 o senhor ficava sempre com o entorno de aproximadamente dois e quinhentos a três mil reais a depender da remuneração do cargo que o senhor ocupava? Reginaldo: Correto. Promotor: E o senhor devolvia... o senhor devolvia ao vereador a diferença... Reginaldo: Sim. Correto. Promotor: ... a quantia não ultrapassava isso. Reginaldo: Correto. Promotor: O senhor lembra mais ou menos o valor que o senhor restituía, entregava ao vereador? Reginaldo: É... mil e pouco, mil reais. Promotor: Em torno de mil reais ao mês? Reginaldo: É. Promotor: E o vereador falava pra que que ele usava esse valor, esse dinheiro? Reginaldo: Na verdade ele falava que era pra ajudar em despesa do... do Gabinete né, pra ajuda à comunidade, alguma... alguém que ia até o Gabinete dele pedir alguma ajuda, como cesta, alguma coisa assim, remédio... Promotor: E quem administrava esse, esse valor? Reginaldo: Não, esse dinheiro eu passava diretamente para o vereador.

32. Que ao se casar viu suas despesas aumentarem, quando então pediu ao vereador para parar de entregar parte do seu salário, no que foi atendido em 2017.

33. A esposa de Reginaldo, Sra. TATIANE GOMES, contou que seu marido repassou todos os meses parte do salário ao vereador, a saber: Promotor: Ok. Tá bom. O Reginaldo confirmou aqui pra mim que ele devolvia... Tatiane: Sim. Promotor: ... parcela da sua remuneração. A senhora sabe em que período essa devolução foi feita? Tatiane: Assim, é, quando eu comecei a trabalhar na Câmara, eu, eu não o conhecia, eu comecei em 2009. Então eu comecei a trabalhar na Câmara, e a gente se conheceu na Câmara, namorou, noivou e casou na Câmara. Os dois já trabalhando lá. Quando eu entrei em 2009, ele entrou em 2011, se eu não me engano, entrou em 2011, e aí eu não sabia que tinha essa prática, eu não sabia



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

que ele tinha essa prática. Quando eu o conheci aí eu fiquei pegando no pé dele, vamos parar, vamos parar, vamos parar com isso, pelo amor de Deus, isso é errado. E a gente foi, da nossa forma né, orando, buscando de Deus, uma forma pra gente sair disso. E a gente conseguiu. E depois de um certo tempo, se não me engano, três anos e meio, mais ou menos quatro anos, a gente parou e não teve mais. Mas teve um período que eu soube que ele fazia. Promotor: E você sabe quanto que ele devolveia? Tatiane: Eu não tenho acesso a isso. Promotor: Uhum. Tatiane: Assim, eu não lembro na verdade, ter acesso eu perguntar pra ele vai me falar, mas eu nunca quis saber

34. Como dito na primeira decisão sobre esse tema, do vereador, num país com 12 milhões de desempregados, o acesso a um cargo público em comissão, como secretário(a) ou assessor(a), é recebido com alegria e muitas expectativas pelo contratado e sua família. São realizados planos pessoais, como obter um imóvel próprio, veículo, custear saúde e educação, etc. Os percalços naturais do trabalho são relevados quando se percebe o que ele proporciona de bem-estar, especialmente o financeiro. Mas na relação trabalho versus remuneração nenhum trabalhador suporia que parte da sua dedicação temporal e psicológica seria dragada pelo egocentrismo do chefe que, não satisfeito com sua própria remuneração, ainda exige uma parcela do subordinado. Compreende-se que as pessoas se submetam a esta constrangedora situação vez que, repise-se, são 12 milhões de desempregados e ninguém quer estar nessa estatística. O conflito interno deve ter sido enorme: ter que entregar parte do salário ao vereador sem poder fazer nada, afinal, muitas pessoas dependiam daqueles que se submeteram a essa prática.

35. O mandato parlamentar de MARCOS ANTÔNIO passou a ter três funções, igual as demais assim representadas: legislar, fiscalizar e enriquecer, tanto que, segundo cálculos do Ministério Público, ao longo de quase uma década obteve ilicitamente o valor de R\$ 300.000,00 atualizados.

36. Havendo farta prova da prática ilícita, também vislumbramos o risco à instrução da ação de improbidade, por dois motivos sérios: impedir ameaças e intimidações aos ex e atuais servidores, e impedir que continue se enriquecendo ilicitamente.

37. Isso porque, a ex-servidora ANA LÍVIA contou em seu depoimento que após prestar declarações no Ministério Público foi procurada em sua casa pelo próprio vereador, e que se ele fosse prejudicado todos seriam também. Ele ainda entrou em contato com seu pai, por telefone e pessoalmente, e a depoente se sentiu 'pressionada'. É claro o intuito do vereador em ameaçá-la.

38. O servidor REGINALDO contou que foi procurado pelo vereador que insistiu que ele contasse que essa prática nunca ocorreu, ou seja, foi orientado a mentir.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

39. Portanto, assim decidiu o MM Juiz, que pela prática atual ilícita e as ameaças veladas aos servidores justificam seu afastamento cautelar pelo prazo de 180 dias.

DA NÃO SUBMISSÃO DESSA DECISÃO À CÂMARA DE VEREADORES

40. O art. 53, § 2º da Constituição Federal instituiu a imunidade formal aos parlamentares, nos seguintes termos: "Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão"; esta imunidade à prisão é estabelecida com o objetivo de preservar o exercício do mandato parlamentar. Não pode o Poder Judiciário, por si só e em regra, determinar a prisão de parlamentar, posto que a medida asfixia o livre exercício da atribuição do legislador e demonstra notória interferência entre os poderes.

41. O Supremo Tribunal Federal (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5526/DF), ao reconhecer a possibilidade do Poder Judiciário para decretar prisão preventiva de Parlamentares, determinou a aplicabilidade do art. 53, § 2º da CF/88 à todas as cautelares que dificultem ou impeçam, direta ou indiretamente, o exercício regular do mandato, o que se estende à ação civil por ato de improbidade administrativa.

42. Portanto, estabelecida a premissa que qualquer medida cautelar de natureza penal que implica restrição no exercício do mandato parlamentar deve ser submetida à respectiva Casa Legislativa, no prazo máximo de 24 horas, nos moldes do art. 53, §2º da CF/88; mutatis mutandis a medida cautelar de afastamento do mandato eletivo prevista na Lei de Improbidade Administrativa (art. 20, parágrafo único) deveria ser submetida à respectiva Casa Legislativa.

43. Todavia, o parlamentar municipal não é protegido desta forma.

44. Isso porque, a Constituição assegurou a ele apenas sua inviolabilidade por opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, não estendendo a imunidade formal. Vejamos:

Art. 29. CF/88- O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

45. É de se concluir: os integrantes do Poder Legislativo Municipal não possuem imunidade formal ou processual.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

46. O Constituinte, acerca do tema, se manteve silente, mas nesta específica hipótese não estamos diante de lacuna normativa que deve ser colmatada através da analogia. O legislador calou-se propositalmente. Não quis conferir a proteção aos vereadores, não havendo, portanto simetria. Sequer admite-se que o Poder Constituinte decorrente o faça, pois não quis o Poder Constituinte Originário estender as imunidades formais aos Vereadores.

47. Este foi o entendimento consagrado pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 371, de Relatoria do Ilustre Ministro Maurício Corrêa: "1. O Estado-membro não tem competência para estabelecer regras de imunidade formal e material aplicáveis à Vereadores. A Constituição Federal reserva à União legislar sobre Direito Penal e Processual Penal. 2. As garantias que integram o universo dos membros do Congresso Nacional (CF, artigo 53, §§1º, 2º, 5º e 7º não se comunicam aos componentes do Poder Legislativo dos Municípios. Precedentes. Ação direta de inconstitucionalidade procedente para declarar inconstitucional a expressão contida na segunda parte do inciso XVII do artigo 13 da Constituição do Estado de Sergipe".

48. É por isso que o Superior Tribunal de Justiça, depois do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5526/DF, admitiu a aplicação de medida cautelar de natureza processual penal à parlamentar municipal sem a remessa dos autos à Câmara de Vereadores.

49. Vejamos a ementa da decisão adotada pelo Tribunal da Cidadania:

"3. O artigo 53, § 2º, da Constituição Federal, que instituiu a denominada incoercibilidade pessoal relativa, refere-se a deputados federais e senadores, disposição estendida a deputados estaduais por determinação do artigo 27, § 1º, do texto constitucional e por incidência do princípio da simetria, não estando os vereadores incluídos em tais disposições. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADI 371/SE e HC n. 94.059/RJ). 4. Possível, pois, juridicamente, que o Juiz de primeiro grau, fundamentadamente, imponha aos parlamentares municipais as medidas cautelares de afastamento de suas funções legislativas sem necessidade de remessa à Casa respectiva para deliberação." (...) (RHC 88.804/RN, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 14/11/2017).

50. O entendimento seguiu sendo adotado nos julgamentos do Tribunal Superior. A título de nota cito: HC 449.680/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 13/09/2018; HC 428.267/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018; e HC 396.684/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018.

51. Portanto, esta decisão de afastamento cautelar do vereador MARCOS ANTÔNIO não se submete ao juízo político da Casa Legislativa.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

DA INDISPONIBILIDADE DE BENS DOS RÉUS

52. O art. 7º, da Lei nº 8.429/92, prevê a possibilidade de indisponibilidade dos bens do réu em ação de improbidade administrativa quando houver indício da prática de ato lesivo ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito.

53. Conforme acima demonstrado, os fatos estão sobejamente demonstrados, havendo fortíssimos indícios que o vereador MARCOS ANTÔNIO se enriqueceu ilicitamente às custas de ex e atuais servidores.

54. Em relação ao requisito do periculum in mora, como bem demonstrado pelo Ministério Público, a posição jurisprudencial é no sentido de que é in re ipsa, insito à prática de improbidade, in verbis: "A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se alinhado no sentido da desnecessidade de prova de periculum in mora concreto, ou seja, de que o réu estaria dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, exigindo-se apenas a demonstração de fumus boni iuris, consistente em fundados indícios da prática de atos de improbidade." (STJ, REsp 1190846/PI, Rel. Ministro

55. No que concerne aos valores, acolho o requerimento de bloqueio até o valor limite de R\$ 300.963,06 correspondente ao ressarcimento integral do dano e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do acréscimo patrimonial, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92, em contas bancárias e/ou aplicações financeiras.

DA AUSÊNCIA DO SEGREDO DE JUSTIÇA

56. O segredo de justiça, imposto por decisão judicial, é medida excepcional restrita aos casos do art. 189, do CPC, quais sejam: I. Em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

57. Nesta ação de improbidade nenhuma das situações estão previstas, razão pela qual não se justifica o processamento da ação como sigilosa.

58. Assim, a publicidade ao processo judicial fica estampada.

59. Ante todo o exposto, FOI DEFIRIDO PELO MM JUIZ:

A) o AFASTAMENTO CAUTELAR de MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DA LUZ do cargo de vereador do Município de Jataí, pelo prazo de 180 dias a contar de sua intimação, sem prejuízo de sua remuneração, ficando:

A.1: proibido de frequentar as dependências da Câmara Municipal;



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

A.2: proibido de contatar seus servidores ou ex-servidores;

A.3: não poderá retirar nenhum pertence do seu gabinete;

A.4: o gabinete deverá ser fechado pelo Oficial de Justiça, que entregará as chaves à Presidenta, vereadora Kátia Carvalho.

A.5: o descumprimento importará: multa de R\$ 5.000,00 por cada dia descumprido e prisão pelo crime de desobediência.

b) a INDISPONIBILIDADE DE BENS no valor de R\$ 300.963,06 em todos os sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Cadastro de Indisponibilidade)

60. CITANDO-SE o réu, pessoalmente, para apresentar CONTESTAÇÃO no prazo de 05 dias (art. 306, do CPC), advertindo o Ministério Público que a ação de improbidade deverá ser ajuizada no prazo de 30 dias (art. 308, do CPC).

61. Determino ainda que seja CIENTIFICADA dessa decisão a Presidente, vereadora KÁTIA CARVALHO, que ficará responsável em manter trancado o gabinete e que os servidores a ele subordinados sejam remanejados para outros locais;

62. Cumpra-se.

Jataí, 06 de maio de 2019.

Thiago Soares Castelliano Lucena de Castro- Juiz de Direito

Juntou procuração conferindo poderes para sua defesa em Juízo, constituindo para tanto, o Dr. DOUGLAS ANTONIO RODRIGUES DA LUZ.

Porém, em causa própria apresentou sua defesa alegando falta de representação, entre outras alegações, sem que viesse a provar, nesta fase, qualquer norte para constituir INOCENCIA, levando-se em consideração as provas emprestadas em Juízo, não havendo, como alegar fatos contrários de sua conduta. Enfim, nada que venha, por fatos novos, trazer a baila qualquer elemento que venha a mudar o decurso dos fatos.

Destacamos possibilidades de que haja defeito de representação, por falta de amparo legal do feito, em se considerando a exegese do Art. 16 da Resolução 12/2009, considerando que os autos carecem de representação formal de qualquer Edil da Casa, iniciando-se por iniciativa do Presidente da Comissão de Ética, pelo simples encaminhamento de cópia dos autos, pela Presidência da Câmara Municipal, via Memorando.

Para sua intimação dos autos, o Vereador afastado não foi encontrado e várias diligências foram procedidas por determinação do Presidente do CE/CMJ, porém, vãs.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Apresentou defesa por petição em Juízo, todas denegadas pelo MM Juiz de Direito Sérgio de Brito Teixeira e Silva, em 29 de junho de 2019.

Sua intimação foi possível por diligências exaustivas no CESUT, onde foi possível encontrar o representado, somente a noite, quando em período de aulas.

Porém, ao sopesamento e compulsando os presentes autos verificando-se as provas adredemente emprestadas, averbera-se que o Vereador MARCOS ANTONIO FERREIRA DA LUZ, reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo de vereador e enriqueceu ilicitamente, solicitando e recebendo mensalmente de servidores lotados em seu gabinete parte das remunerações deles para mantê-los em seus cargos exigindo-se esses repasses dos servidores lotados em seu gabinete, acrescentando ao seu patrimônio, mediante a utilização ilícita de seu cargo, altos valores em dinheiro.

As condutas do parlamentar tipificaram-se, em enriquecer-se ilicitamente por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do seu cargo (conduta tipificada no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.429/92), e facilitar a incorporação ao seu patrimônio particular de valores integrantes do acervo patrimonial desta casa legislativa (conduta tipificada no artigo 10º, inciso I, da Lei nº 8.429/92).

Tais atos praticados pelo vereador durante tantos anos configuram quebra de decoro parlamentar previsto no § 1º do art. 34 da LOM.

- O recebimento de vantagens ilícitas e imorais como está descrito ação judicial e que serviu de fundamento para responder perante este Conselho, ainda mais quando levada a efeito durante tão longo período, configura quebra de decoro parlamentar e frustra a justa expectativa nutrida pelos cidadãos de que as pessoas eleitas pelo voto popular utilizem dos poderes que lhe são outorgados para o bem comum e não para aumentar o próprio patrimônio.

- Desta feita, os fatos de autoria do vereador ora representado e objeto da investigação preliminar se amoldam perfeitamente à hipótese legal do § 1º do art. 34 da LOM, consistindo em quebra de decoro parlamentar, não se tratando de julgamento por prática de atos de improbidade.

DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA O JULGAMENTO DO PARLAMENTAR - ATO DE NATUREZA "INTERNA CORPORIS"

- Como se sabe, muito embora tenha sido atribuído precipuamente ao Poder Judiciário o encargo jurisdicional, essa função também é exercida legitimamente, embora de forma atípica, pelos Poderes Executivos e Legislativos.

- Como também se sabe a prática de conduta pelos parlamentares que se afigure como procedimento que atente contra o decoro institucional será apurada no âmbito do Poder Legislativo, através de procedimento próprio, como o presente.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

- O artigo 1º da Res. 12/2009 desta câmara municipal, prevê que no exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Jataí, do Regimento Interno da Câmara e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

- Desse modo, é de interesse exclusivo desta Casa Legislativa definir os valores, as normas de condutas e as regras éticas aplicáveis a seus membros.

- É também competência privativa desta casa legislativa decretar a perda do mandato dos vereadores.

- Vejamos a redação do artigo 30, inciso VIII, da Lei Orgânica 1/1990, deste município:

"Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:...

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos VEREADORES, nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente;

- A lei federal 6.448/1977 que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, prevê que compete privativamente às Câmaras municipais, declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental (artigo 22, inciso XI).

- Agora vejamos o que prevê o Regimento Interno 2/2010 desta Câmara Municipal:

"Art. 55 – São obrigações e deveres do Vereador: ...

II – "obedecer às normas regimentais e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí".

- Os indícios da prática de conduta ilícita pelo parlamentar acabam injustamente atingindo a própria respeitabilidade institucional desta Câmara de Vereadores, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar.

- A possibilidade da existência da prática dolosa de condutas indecorosas pelo Representado desmerece essa casa dos representantes e falta com respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

- Assim, não restam dúvidas quanto à competência legislativa desta egrégia Câmara Municipal em processar e julgar o parlamentar que venha a praticar atos indecorosos que acabam por manchar a imagem desta casa de leis.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- O vereador, caso tenha utilizado o cargo que foi investido para solicitar remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, agiu como se fosse o Senhorio, o dono e detentor do dinheiro público.

- Assim, os indícios de que o parlamentar tenha enriquecido ilicitamente e causado dano ao erário, acaba gerando a violação dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles os princípios da moralidade, da impessoalidade, e da honestidade, pois praticou atos visando fim defeso em lei, no nosso regulamento interno, e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

- Independentemente de qual finalidade o Vereador conferiu aos valores por ele angariados ilegalmente, o fato é que ao exigir parte das remunerações dos seus servidores, ele "violou gravemente os princípios que deveriam nortear a sua conduta como agente público".

- Nesse passo as condutas do Vereador afastado apuradas no processo civil 5234942.14.2019.8.09.0093, ação civil pública de improbidade administrativa, confirmam a LESÃO AO DECORO PARLAMENTAR.

- No caso em exame, após minuciosa análise dos fatos apurados, fica claro que os elementos de convicção angariados durante as investigações servem de supedâneo a presente acusação, pois confirmam a infringência aos diplomas normativos desta casa de leis.

- As provas contidas nos autos da ação de improbidade administrativa não deixam nenhuma dúvida quanto ao cometimento de atos ímprobos, que configuram ato contrário ao decoro parlamentar.

- Nesse passo, a conduta DOLOSA do Representado configura a "QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR", na forma do § 1º do art.34 da LOM, e contempla a hipótese de cassação do seu mandato de Vereador, não restando margem para raciocínio diverso e/ou outra formalização de Juízo.

- Inclusive, a defesa prévia que foi remetida pelo Representado, não contesta a narrativa fática, os depoimentos dos servidores, e as demais provas apuradas no inquérito civil público e nos autos da ação de improbidade que lhe é movida, deixando ele de desconstituir todo esse conjunto de fatos e acervo probatório que comprometem a sua conduta ética moral, ficando apenas fundamentado que o procedimento ético, carece de ser sanado, por mera falta de representação formal, conforme preceitua o Art. 16, caput, da Resolução 12/2009, não havendo, no documento "substituto", pela falta de indicação de provas e exposição dos fatos, entre outros requisitos necessários para a instauração do feito. "Memorando não é representação".



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Por isso, faz-se necessário volver os autos aos seus primeiros passos, para que sejam reiniciados, dentro das formalidades legais, sob pena de nulidade pelo Poder Judiciário, observando-se os princípios basilares do devido processo legal e da ampla defesa, da ineficácia da medida instada no Art. 7º Da Lei 12.016/2008 e Art. 1º da Lei 9.494/97 c/c Art. 1º, § 3º da Lei 8.437/92, por esgotamento do objeto da ação, como comumente tem ocorrido debalde os esforços do Poder Legislativo, para a manutenção de sua lisura e decoro parlamentar.

Jataí/GO., 17 outubro 2019.

É o nosso relatório.



VEREADOR MAJOR DAVI PIRES
RELATOR